

LEI Nº 2597/2016

Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava - (PMPPM).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA Faço saber que a Câmara Municipal de Guarapuava aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em consonância com o Plano Nacional de Políticas das Mulheres, Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres e as deliberações da II Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Guarapuava, fica instituído o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (PMPPM) constante no Anexo Único desta Lei, que define diretrizes, prioridades e ações a serem desenvolvidas pelos órgãos do Poder Executivo do Município de Guarapuava em defesa dos direitos das mulheres.

Art. 2º O cumprimento das diretrizes, prioridades e ações do PMPPM será acompanhado e avaliado periodicamente por Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Guarapuava (CMDMG).

Parágrafo único. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta paritariamente por representantes do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guarapuava, 02 de dezembro de 2016.

Denise Abreu Turco
Secretária Interina de Administração

Eva Schran de Lima
Vice-Prefeita e Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres

Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES – GUARAPUAVA/PR

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

O Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (PMPPM) está alinhado ao Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPPM) e ao Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (PEPPM), com estratégias delineadas a partir das 10 (dez) Metas do PNPPM¹ e 7 (sete) Metas do PEPPM². Ressalta-se que as Metas e Estratégias definidas neste Plano apontam para as perspectivas transformadoras e emancipadoras das políticas públicas para as mulheres em consonância com a realidade do Município e têm por objetivo garantir o direito ao exercício da cidadania, tendo por eixo a qualidade das políticas públicas para as mulheres.

As Metas e Estratégias do PMPPM foram definidas a partir da análise da realidade do Município de Guarapuava, considerando o contexto histórico geográfico, socioeconômico, cultural e ambiental, o que proporcionou uma visão holística da realidade, também com a contribuição de mais de vinte entidades engajadas nas Políticas para as Mulheres do Município e pautada na II Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, possibilitando assim, a definição de proposições capazes de assegurar mudanças significativas na performance de políticas públicas para as mulheres no/do Município no decorrer dos próximos dez anos.

Algumas ações já foram engendradas no sentido de melhorias na execução das Políticas Públicas para as Mulheres, mas agora é necessário ampliar o alcance dessas políticas para que mais mulheres sejam beneficiadas, por isso apresentamos esta proposta do PMPPM. Tendo em vista que sua aprovação e sua implementação ultrapassa o atendimento a uma exigência legal, e passa a ser um possível caminho para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas para as Mulheres do Município, contribuindo para efetiva qualidade e superação das dificuldades identificadas no campo de atendimento as mulheres em Guarapuava.

Eva Schran de Lima

Vice-Prefeita e Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres

¹ Eixo I - Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Eixo II - Educação para igualdade e cidadania; Eixo III - Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Eixo IV - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Eixo V - Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Eixo VI - Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Eixo VII - Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Eixo VIII - Cultura, esporte, comunicação e mídia; Eixo IX - Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Eixo X - Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

² Eixo I – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Eixo II – Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; Eixo III – Desenvolvimento sustentável no território rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental e segurança alimentar; Eixo IV – Cultura, esporte, comunicação e mídia democráticas e não discriminatórias; Eixo V – Educação inclusiva, não sexista, não racista, não transfóbica, não bifóbica e não lesbofóbica; Eixo VI – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Eixo VII – Mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

2. DADOS GERAIS

Indicadores demográficos: Segundo o IBGE, Censo 2010, Guarapuava conta com uma população de 167.328 mil habitantes, sendo 85.531 mulheres (78.720 residentes na área urbana e 6.811 na área rural).

Indicadores de violência: Guarapuava ocupa a 373ª posição no Mapa da Violência 2015, entre os Municípios brasileiros com maior índice de feminicídios, isso significa que, entre 2009 e 2013, 28 mulheres foram assassinadas na cidade.

Indicadores de rendimento: O rendimento médio das guarapuavanas ocupadas é 36,1% menor que o dos guarapuavanos, segundo as estatísticas de gênero do IBGE 2010.

Indicadores de empregabilidade: Em Guarapuava das 85.531 mulheres, 33.747 estão classificadas no que se chama de População Economicamente Ativa, ou seja, estão em idade apta a exercer uma atividade econômica. Destas, 30.811 estão ocupadas, sendo que pouco mais da metade trabalha em empregos formais, totalizando 18.453 trabalhadoras. Pode-se perceber que ainda há muitas mulheres em trabalhos informais sem garantia de direitos trabalhistas e previdenciários. Para melhor ilustrar em que as mulheres guarapuavanas estão ocupadas, seguem os gráficos:

GRÁFICO 1 - População ocupada por posição na ocupação. Estatísticas de Gênero IBGE 2010.

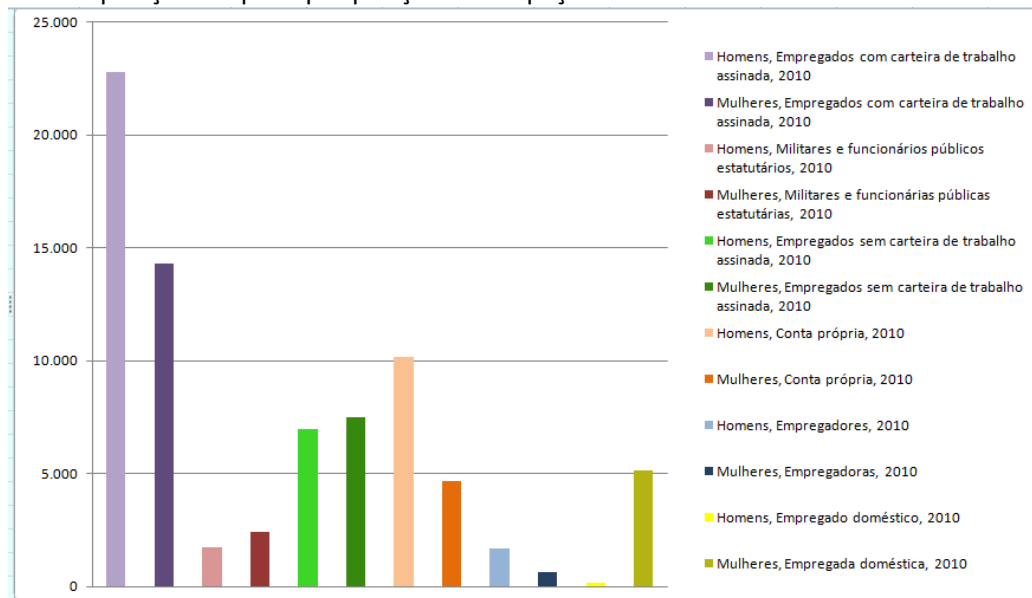
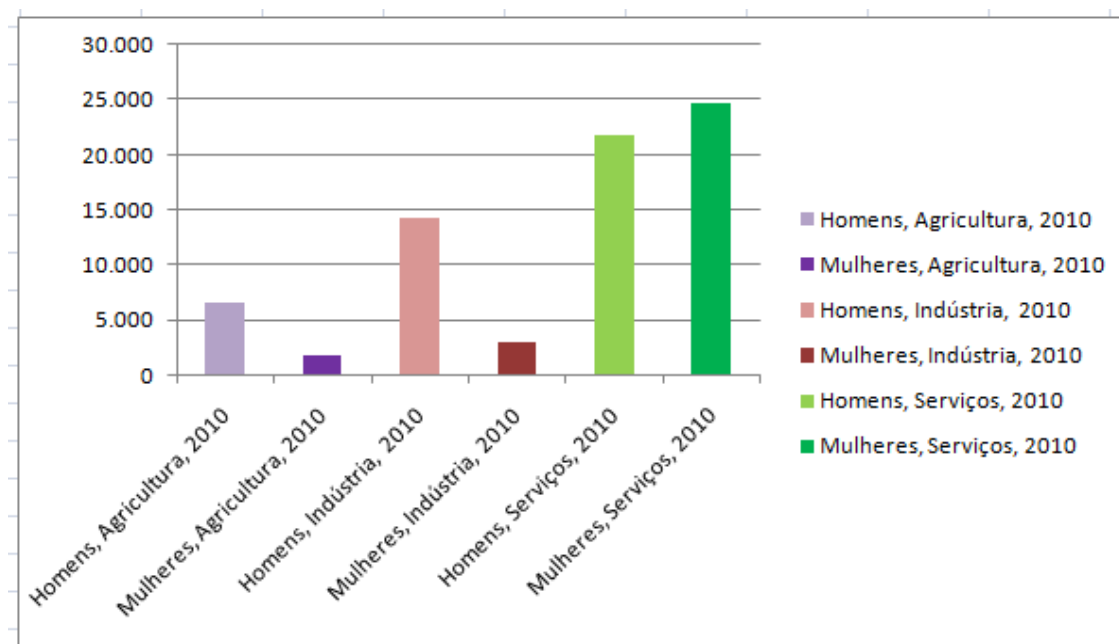


GRÁFICO 2 - População ocupada por setores de atividade (pessoas). Estatísticas de Gênero IBGE 2010



Percebe-se que há mais mulheres do que homens trabalhando sem carteira assinada, e no trabalho doméstico, sendo que o setor que emprega mulheres é o setor de serviços. Elas também são maioria nos serviços públicos, onde o concurso é o principal instrumento de ingresso nesse tipo de trabalho. Os homens são maioria nos trabalhos com carteira assinada, a maioria dos empregadores e são eles que mais trabalham por conta própria.

3. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

A violência contra as mulheres apresenta-se como uma das várias faces da violação dos direitos humanos, uma vez que atinge a população feminina cotidianamente, pois se manifesta em seus lares, rua, transporte público e diversos espaços públicos e privados, na sua maioria são violências praticadas pelos seus companheiros ou familiares, configurando-se em uma violência de gênero.

Esta problemática ganhou visibilidade nos últimos anos, fato é que houve um aumento nos índices dos registros de violência contra as mulheres, e que necessita da intervenção contínua do Estado através de Políticas Públicas, visto que é um fenômeno que atinge mulheres de todas as classes sociais, independente da sua raça/etnia, idade, estado civil, e escolaridade.

As Políticas sociais são formas de enfrentamento das múltiplas expressões dos problemas sociais, advindas da luta de trabalhadores e trabalhadoras. No âmbito das políticas públicas para

as mulheres, o espaço legitimou e consolidou-se por meio da circulação internacional do campo dos direitos humanos e na formulação de projetos de políticas públicas nos mais diversos âmbitos.

A Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, mas conhecida como Lei Maria da Penha, foi um marco para todo o Brasil no enfrentamento a violência, definindo que a violência doméstica e familiar contra a mulher é "[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".

Em Guarapuava, devido aos altos índices de feminicídios, no ano de 2013 foi criada a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SPM), no dia 8 de março, pela Lei 2.091/13. Foi uma ação da Prefeitura e da Câmara Municipal de assumir e enfrentar a violência contra a mulher com políticas públicas efetivas e exclusivas para as mulheres. No mesmo ato também foi assinada a Lei 2.092/13 que amplia a licença maternidade para as servidoras municipais, de 120 para 180 dias. A Câmara Municipal foi um órgão de extrema importância nesse processo, porque comprometeu-se com a necessidade de legislar em favor das mulheres guarapuavanas, aprovando as leis por unanimidade.

A criação de uma secretaria que pudesse trabalhar, de forma específica, as políticas para as mulheres era uma reivindicação dos movimentos e organizações de mulheres da cidade, que já se manifestavam por meio da Marcha das Vadias e da Campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero". O prefeito Cesar Silvestri Filho foi sensível à reivindicação das mulheres e junto com a vice-prefeita, Eva Schran, implantaram a Secretaria no Município. Eva já era militante do Movimento de Mulheres da Primavera e já trazia essa pauta feminista para a política.

Uma das primeiras ações da Secretaria foi buscar convênios e parcerias. Com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, foram consolidados três convênios: 1) Estruturação da Secretaria (móveis, computadores e veículos); 2) Instalação da Casa Abrigo (móveis, eletrodomésticos e aluguel); e 3) Cursos profissionalizantes da área da construção civil. Outra parceria importante foi consolidada com o SESI/SENAI que ofereceu cursos profissionalizantes gratuitos para as guarapuavanas.

3.1 A Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava trabalha em dois eixos: combate à violência contra a mulher e promoção da autonomia econômica das mulheres. Nesse sentido, conta com uma equipe técnica multidisciplinar, com psicóloga, assistente social e advogada para o atendimento às vítimas de violência, além de contar com a Casa Abrigo para as mulheres em risco de morte, e ainda formação para os agentes públicos que atendem as mulheres, como médicos, enfermeiros, agentes de saúde comunitários, professores, policiais, etc.

Na promoção da autonomia econômica, a Secretaria já ofereceu mais de 20 cursos profissionalizantes de panificação, informática, mecânica, eletricidade predial, confecção e construção civil. Além de artesanato e incentivo às artesãs locais para venda nas feiras da cidade.

Em julho de 2013, o município assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres, e em agosto de 2014 foi nomeado como cidade polo para compor a política regionalizada de enfrentamento a violência contra a mulher, seguindo diretrizes do Pacto.

Fazem parte da regional de Guarapuava, 48 municípios, sendo: Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Laranjal, Palmital, Pinhão, Pitanga, Prudentópolis, Reserva do Iguçu, Turvo, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares, Bom Sucesso do Sul,

Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudade do Iguçu, Sulina, Vitorino, Antonio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória.

3.2 Marcos referentes à Política da Mulher em Guarapuava

2013:

- Fundada a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres;
- Campanha contra o Assédio sexual e moral no trabalho. Repercussão na mídia nacional;
- Rearticulação da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher de Guarapuava, com alteração da Lei 1777/2008 que passou para a SPM a gestão da Rede;
- Realização de quatro cursos profissionalizantes gratuitos, em parceria com SESI/SENAI: Auxiliar de Serviços Automotivos (20 mulheres matriculadas); Auxiliar de Eletricidade Predial (27 mulheres matriculadas); Auxiliar de Informática e Inclusão Digital (44 mulheres matriculadas);
- Desenvolvimento do Projeto Orquídea no distrito da Palmeirinha e nos bairros Xarquinho e Primavera, com curso de artesanato e orientações da Lei Maria da Penha, orçamento familiar e empreendedorismo. Participação média do projeto: 160 mulheres
- Número de mulheres atendidas pela equipe multidisciplinar (ano): 389 mulheres.

2014:

- Visitas aos municípios da região para conhecer suas estruturas de políticas para as mulheres e divulgar o evento da Mobilização pelos direitos das Mulheres;
- Reuniões da Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher;
- Evento regional: Mobilização pelos direitos das Mulheres (CEVID-TJ) – Público atingido: aproximadamente 300 pessoas;
- Vigília em praça pública com os familiares das mulheres assassinadas na cidade, no dia 08 de março;
- Campanha de Carnaval: Amor de carnaval só se for sem violência. Estupro é crime!;
- Café da Mulher advogada, com as profissionais da região. Parceria OAB e CEVID-TJ. Público atingido: aprox. 150 profissionais;
- Participação no Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, em Porto Alegre;
- Reunião com a Secretaria Estadual de Segurança Pública para a implantação do Botão do Pânico, e reivindicação de uma Delegada para a Delegacia da Mulher de Guarapuava;
- Evento regional: Instrução para o atendimento às mulheres em situação de violência, com a Ten. Luci Belão. Público: agentes de saúde, assistentes sociais, psicólogos, integrantes da Rede de enfrentamento, aprox. 200 pessoas;
- Participação na reunião da Associação de Damas da Associação dos Municípios dos Campos Gerais para explanar sobre a importância das políticas públicas para as mulheres, em Sengés;



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

-
- Formação com profissionais da saúde sobre o preenchimento da Notificação Compulsória;
 - Realização em conjunto com movimentos e organizações, da Campanha Internacional 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero;
 - Recebimento de três carros em convênio com o Governo Federal;
 - Realização da Feira Regional de produtos da Agroindústria familiar. Participação das mulheres atendidas pela secretaria na venda de artesanatos;
 - Mesa redonda sobre a violência obstétrica. Público participante: aprox. 60 pessoas;
 - 1ª turma do Curso de extensão “Promoção à autonomia e empoderamento das Mulheres” para os professores da rede municipal de ensino. Convênio Governo Federal e Unicentro. Público: aprox. 50 pessoas;
 - Lançamento do gibi: As aventuras de Linda, que trata sobre a igualdade de gênero;
 - Realização de quatro cursos profissionalizantes gratuitos, em parceria com SESI/SENAI: Auxiliar de Serviços Automotivos (31 mulheres matriculadas); Auxiliar de Eletricidade Predial (33 mulheres matriculadas); Auxiliar de Informática (32 mulheres matriculadas), Auxiliar de Panificação (26 mulheres matriculadas);
 - Desenvolvimento do Projeto Orquídea nos bairros Primavera, São Cristóvão e Alto da XV, e na APAE com curso de artesanato orientações da Lei Maria da Penha, orçamento familiar e empreendedorismo; Média de participantes: 135.
 - Início da parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura para venda dos artesanatos, das artesãs do Projeto Orquídea nas Feiras do Produtor;
 - Número de mulheres atendidas pela equipe multidisciplinar (ano): 608 mulheres.

2015:

- Visitas aos municípios para assessorar as Conferências Municipais de Políticas para Mulheres;
- Reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;
- 2ª e 3ª turma do Curso de extensão “Promoção à autonomia e empoderamento das Mulheres” para os professores da rede municipal de ensino. Convênio Governo Federal e Unicentro. Público: aprox. 100 pessoas;
- Inauguração da Casa Abrigo para as mulheres em risco de morte;
- Realização de oficina sobre políticas de enfrentamento à violência, no V Encontro das Mulheres Agricultoras, de Pinhão;
- Evento regional para a Comarca de Guarapuava: Ação “Justiça pela paz em casa”. Organizado pelo Poder Judiciário. Público: aprox. 100 pessoas;
- Mesa Redonda: Assédio sexual e moral no trabalho e no meio universitário. Público: aprox. 50 pessoas;
- Início do Projeto Mulheres do Paiol, no Quilombo Paiol de Telha, com o objetivo de aproximá-las das políticas públicas. Realizado 9 encontros;
- Reunião com a vice-prefeita de Pitanga, Mirna Galafassi, sobre as ações da Coordenadoria da Mulher de Pitanga e parcerias;



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

-
- Formação sobre o fluxo de atendimento à mulher em situação de violência para os enfermeiros municipais e agentes comunitários de saúde. Três encontros. Público: aprox. 90 pessoas;
 - Palestra na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – Boa Ventura de São Roque;
 - Palestra na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – Pinhão;
 - Palestra no I Encontro Temático de Políticas para as Mulheres – Mallet;
 - Palestra na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – Prudentópolis;
 - Palestra na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – Porto Vitória;
 - Palestra na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – General Carneiro;
 - Palestra na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – Bituruna;
 - Palestra no Encontro de Políticas para as Mulheres – Rebouças;
 - Palestra no I Encontro temático de Políticas para as Mulheres – Nova Laranjeiras;
 - Organização e Realização da II Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Guarapuava;
 - Organização e Realização da 1ª Conferência Regional dos direitos LGBT+;
 - Visita do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco, para conhecer a estrutura da Secretaria;
 - Visita do CRAS de Pinhão para conhecer a estrutura da Secretaria da Mulher de Guarapuava;
 - Palestra sobre o Outubro Rosa, em Pitanga;
 - Lançamento da Campanha “Mulheres seguras no local de trabalho”;
 - Realização em conjunto com movimentos e organizações, da Campanha Internacional 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero;
 - Início dos cursos profissionalizantes na área da construção civil em convênio com o Governo Federal: Eletricista (24 mulheres matriculadas), Pedreira (20 mulheres matriculadas) e Encanadora (21 mulheres matriculadas);
 - Cursos oferecidos em parceria com SENAI: Cozinha Brasil (55 mulheres matriculadas), e Auxiliar de Panificação (25 mulheres matriculadas)
 - Desenvolvimento do Projeto Orquídea nos bairros Aldeia e Colibri, com curso de artesanato orientações da Lei Maria da Penha, orçamento familiar e empreendedorismo; Média de participantes: 50.
 - Premiação do selo Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), recebido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), pelo cumprimento do objetivo da igualdade entre os sexos.
 - Número de mulheres atendidas pela equipe multidisciplinar (ano): 363 mulheres.

2016:

- Reuniões da Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher;
- Organização e planejamento do PMPPM;
- Palestra no Encontro de Mulheres – Inácio Martins;

-
- Mobilização no dia 08 de março, na Rua XV de Novembro do Município, com oficinas referente a autonomia e empoderamento das mulheres;
 - 4ª e 5ª turma do Curso de extensão “Promoção à autonomia e empoderamento das Mulheres” para os professores da rede municipal de ensino. Essas edições são abertas aos municípios da região. Parceria com a Unicentro. Público: aprox. 160 pessoas. 11 municípios estão participando;
 - Palestras sobre a Implantação do Protocolo de escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Público: Municípios da Comarca de Guarapuava. Parceria com Ministério Público e Poder Judiciário. Público: aprox. 100 pessoas;
 - 1º Encontro Regional CIS – Políticas Públicas sobre Drogas;
 - Palestra no VI Encontro das Agricultoras Familiares – Pinhão;
 - Mesa redonda sobre violência de gênero na Faculdade Guairacá. Público: aprox. 100 acadêmicos;
 - Lançamento do documentário, spots e livreto Florescer e entrega para a Câmara Técnica de Gestão do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
 - Palestras em Escolas Municipais e Colégios Estaduais;
 - Treinamento para os Agentes de Saúde do Município de Pitanga. Público: aprox. 50 pessoas;
 - Inauguração da Nova sede da Secretaria, com espaço ampliado para melhor atender as mulheres;
 - Formaturas dos cursos profissionalizantes da área de construção civil: pedreiras, eletricitas, encanadoras e pintoras de obras.
 - Participação no grupo de mulheres do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Xarquinho;
 - Cursos profissionalizantes na área da construção civil em convênio com o Governo Federal: Eletricista (26 mulheres matriculadas), Pedreira (42 mulheres matriculadas), Pintora de Obra (22 mulheres matriculadas) e Azulejista (22 mulheres matriculadas);
 - Curso profissionalizante de auxiliar de costura industrial, em parceria com o SENAI (27 mulheres matriculadas)
 - Desenvolvimento do Projeto Orquídea no bairro São João, com curso de artesanato orientações da Lei Maria da Penha, orçamento familiar e empreendedorismo; Média de participantes: 35.
 - Aprovação e sancionamento da Lei Nº 18.868/2016 de autoria da Deputada Estadual Cristina Silvestri, que estabelece as diretrizes gerais para implementação do Botão do Pânico no Estado do Paraná;
 - Palestra com as mulheres encarceradas;
 - Realização de ações “O valente não é violento”, inspirada na campanha da ONU.
 - Número de mulheres atendidas pela equipe multidisciplinar (até o momento): 358 mulheres.

4. PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS LEGAIS

Na década de 1980, os movimentos feministas conquistaram junto ao Estado a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra mulheres. Em 1985, justamente no auge da Década da Mulher, declarada pela ONU, é implantada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei nº 7.353/85. E em 1986, através da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, foi criada a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte no país.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi criada no ano de 2003, vinculada à Presidência da República, com o objetivo de extinguir a desigualdade de gênero no país. Em 2005 o Governo Federal deu um importante passo para a promoção dessas mudanças, realizando a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A segunda Conferência Nacional, no ano de 2007, redimensionou as presunções iniciais, resultando na formulação do II PNPPM.

Vale ressaltar que a Política Nacional encontra-se, também, em consonância com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).

O PNPPM do Município de Guarapuava é orientado pelos princípios da Política Nacional para as Mulheres, os quais estão discriminados abaixo:

Igualdade e respeito à diversidade: mulheres e homens são iguais em seus direitos. A promoção da igualdade implica no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres;

Equidade: garantir o acesso de todas as pessoas aos direitos universais com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos. Tratar desigualmente os desiguais buscando-se a justiça social, pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres;

Autonomia das mulheres: poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país;

Laicidade do Estado: as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.

Universalidade das políticas: as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

Justiça social: reconhecer e enfrentar as injustiças em todos os aspectos, promover a justiça econômica, política e social, participação das mulheres na política. Assegurar a

redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e a busca de superação da desigualdade social.

Transparência dos atos públicos: deve-se garantir o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social.

Participação e controle social: devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

5. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O PMPPM de Guarapuava foi construído por mulheres, que participaram assiduamente na elaboração das propostas, as quais representam a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Município, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, SPM, Ministério Público, Poder Judiciário, Secretarias Municipais, Polícia Militar, Entidades Governamentais, Universidade, Conselho da Comunidade, Coletivos, Movimentos de Mulheres, entre outros órgãos competentes. O Plano se deu a partir das demandas apresentadas na II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, realizada em 2015, a qual contou com ampla participação popular, além do PEPPM e do PNPPM.

A SPM criou uma comissão para organização e elaboração do PMPPM, para o qual foi realizado um cronograma de reuniões para debaterem juntas as propostas. As reuniões foram realizadas quinzenalmente, durante o primeiro semestre do ano de 2016. Uma das ações realizadas também foi a apresentação dessa comissão e da relevância do PMPPM para Guarapuava, na sessão da Câmara de Vereadores no mês de março do corrente ano.

Desta forma, num processo coletivo com os órgãos supracitados, foi possível elaborar o documento, o qual possui grande importância na orientação e execução de Políticas Públicas para as Mulheres, e que é composto por seis eixos temáticos. São eles:

- I. Autonomia Econômica e Capacitação para o Mercado de Trabalho;
- II. Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;
- III. Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- IV. Educação, Cultura e Qualidade de Vida;
- V. Participação Política;
- VI. Direitos Humanos: Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia, Transfobia e Defesa dos Direitos das Mulheres Idosas, das Mulheres com Deficiência e das Mulheres Encarceradas.

Em cada eixo temático, o plano é composto por objetivos, ações, metas, órgão responsável, parceiros e prazo para execução.

6. OBJETIVOS DO PLANO

- Fomentar a ampliação das políticas públicas destinadas às mulheres no Município de Guarapuava, com foco no empoderamento social, econômico e político das mulheres, por meio de ações efetivas de profissionalização, de acesso a educação, qualidade de vida, segurança e saúde;
- Garantir o cumprimento das ações continuadas;

- Reconhecer a violência de gênero, de raça e etnia como violência estrutural e histórica que se manifesta de diferentes formas e que deve ser tratada como questão social, de segurança, justiça e saúde pública;
- Assegurar ações que visem desconstruir estereótipos, representações de gênero, mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher;
- Promover a integração e a articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio do fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher de Guarapuava.

7. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

- Eixo I - Autonomia econômica e capacitação para o mercado de trabalho;
- Eixo II - Enfrentamento à violência contra a mulher;
- Eixo III - Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- Eixo IV - Educação, cultura e qualidade de vida;
- Eixo V - Participação política;
- Eixo VI - Direitos humanos: enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e defesa dos direitos das mulheres idosas, das mulheres com deficiência e das mulheres encarceradas.

EIXO I

AUTONOMIA ECONÔMICA E CAPACITAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

O trabalho feminino por muito tempo foi considerado sem valor produtivo, e por anos as mulheres dedicaram-se exclusivamente às tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos e do marido, enfim, as tarefas que garantiam a manutenção da estrutura familiar. O desenvolvimento econômico e o aumento do índice de escolaridade, aliado às mudanças demográficas e sociais alteraram o papel feminino no mercado de trabalho.

Segundo o IBGE, houve em 2012 um crescimento de 9,5% no número de mulheres assalariadas em relação a 2010 em empresas de alto crescimento, com 1,7 milhões de empregadas. O número representa um aumento de 153,1 mil postos de trabalho em comparação com 2010. Em comparação com 2011, a alta foi de 6,6%, com aumento de 110 mil vagas ocupadas por mulheres.

Essa crescente participação na oferta de trabalho resulta nas mudanças ocorridas na relação histórica existente entre as esferas públicas e privadas e nas esferas de produção e reprodução. Contudo, essa admissão das mulheres no sistema produtivo ocorreu, principalmente, por meio de atividades laborais, que podem ser desenvolvidas no ambiente familiar ou domiciliar, posteriormente fora do ambiente familiar, consolidando os papéis de progenitora e mantenedora do lar.

Mesmo com os consideráveis avanços obtidos pelas mulheres no mercado de trabalho dados estatísticos demonstram níveis inferiores de ocupação das mulheres em relação aos homens. Diferença esta de rendimentos é marcante: as mulheres recebem 76,8% dos

rendimentos dos homens. Comprovando assim que as diferenças de gênero permanecem latentes quando se trata da inserção no mercado de trabalho.

A seguir estão dados do município de Guarapuava-Pr, incluindo a realidade urbana e rural existente:

TIPO DE DOMICÍLIO	PIA	PEA	POPULAÇÃO OCUPADA
URBANO	129.078	75.479	70.156
RURAL	11910	5.918	5.847
SEXO			
MASCULINO	68.372	47.092	44.795
FEMININO	72.617	34.306	31.208
TOTAL	140.989	81.398	76.003

Fonte: IPARDES (www.ipardes.gov.br)

O acesso da mulher no mercado de trabalho na atualidade, ainda é proporcionalmente inferior ao homem. Faz-se necessário desenvolver políticas públicas para a promoção de oportunidades e eliminação de todas as formas de discriminação. Partindo dessa premissa, as propostas que serão apresentadas têm por objetivo promover o constante acompanhamento das mulheres no mercado de trabalho, contribuindo na geração de renda, valorização pessoal e aperfeiçoamento profissional por meio das atividades correlacionadas e de seus serviços oferecidos.

Segundo a pesquisa, 52% da população de Guarapuava é composta por mulheres. Gradativamente as mulheres passaram conquistar diferentes ocupações na sociedade. Conforme o IBGE, em Guarapuava, até 2010, 30.811 mulheres exerciam alguma atividade fora de casa, enquanto 44.231 homens estavam ocupados. Todavia tais diferenças são acentuadas quando se trata das atividades formais e informais. Segundo o mesmo senso, 66% dos homens estavam ocupados formalmente, já quando se trata das mulheres esse número cai para apenas 60%.

Outro indicador que deve ser destacado é a geração. Em Guarapuava, até 2010 9.805 mulheres entre 30 a 49 anos, e 6.261 mulheres entre 16 a 29 anos correspondem a 87% das trabalhadoras. Logo, com base nesses dados nota-se que o mercado formal de Guarapuava em sua maioria é constituído por mulheres jovens. Junto aos dados referentes ao rendimento de homens e mulheres, podem ser constatados que as mulheres ganham em média 30% a menos que o salário dos homens. Onde a população de mulheres mais jovens, entre 16 a 24 anos corresponde a faixa onde existe maior aproximação salarial, com salários de 17,7% a menos com os homens. Índice menor se comparado com os salários das mulheres de maior idade, onde consta que na faixa etária dos 40 aos 59 anos as mulheres recebem 43,3% a menos que os homens em mesma idade. Ou seja, entre as desigualdades de gênero já existentes, a desigualdade salarial e geracional é outra barreira que necessita ser rompida.³

³ Com contribuições de Jorge Luiz Zaluski – Mestre em História.



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

Objetivo Geral: Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres do meio Rural ou Urbano, considerando as dimensões étnicas, raciais, geracionais, regionais, orientação sexual e de deficiência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÃO	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCERIAS	PRAZO
Promover políticas públicas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando dimensões étnicas, raciais, geracionais e orientação sexual.	Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes visando à geração de emprego e renda para as mulheres.	Fortalecimento da SPM e celebração de convênios com órgãos e entidades para fornecimento de cursos profissionalizantes.	SPM	ACIG SESI/SENAI SEBRAE Agência do Trabalhador	Contínuo
	Incluir as dimensões de gênero, étnica e racial nos programas de formação para o mundo do trabalho.	Campanhas de conscientização a cerca da não discriminação de gênero no mercado de trabalho.	SPM CMDM	Agência do Empreendedor SMICT	
Promover políticas que visem compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho.	Sensibilizar a sociedade guarapuavana sobre a questão da mulher, desconstruir mitos e conceitos discriminatórios e promover a construção de novos valores relativos à igualdade de gênero.	Desenvolver campanhas educativas nos CMEIS, escolas e universidades.	SPM SEMEC	NRE IES Movimentos de Mulheres	Contínuo
Promover a valorização e reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais.	Enfrentar as dificuldades e obstáculos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais	Fixar espaços de comercialização dos produtos agrícolas.	SPM	EMATER SMA SEMAG SMADS SEMEC	Até 2018

	Articular ações em parcerias com as secretarias para preservar as feiras da produtora já existentes, reconhecendo a presença feminina.	Incentivar a criação e fortalecer as associações já existentes das produtoras rurais.	SPM		
Criar espaço de profissionalização para mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social.	Garantir a efetivação de ações que visem o empoderamento das mulheres em situação de vulnerabilidade.	Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Estimular a organização de pequenas empresas que absorvam essa mão de obra.	SPM	SESI/SENAI UNICENTRO SEBRAE Agência do Trabalhador Agência do Empreendedor ACIG	Até 2018
Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e as suas garantias de direitos.	Desenvolver amplas campanhas junto à sociedade para divulgação das leis de proteção à mulher, especialmente dos direitos das trabalhadoras.	Formalizar o trabalho formal e garantir os direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres.	SPM CMDM	Meios de comunicação MPT	Contínuo

EIXO II

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é histórica e atinge uma proporção significativa da população feminina, independente da raça/etnia, idade ou classe social.

Diante dos altos índices apresentados em relação à violência, nos últimos anos esta problemática ganhou visibilidade e necessita cada vez mais de intervenções direcionadas e contínuas por meio de Políticas Públicas.

A Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, criou mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, definindo violência doméstica e familiar contra a mulher como "[...] como qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (art. 5º, Lei 11.340/2006). Além disso, conceitua diferentes formas de violência contra a mulher, sendo elas: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

O Mapa da violência (2015)⁴, a partir de dados da Organização Mundial da Saúde, revela que num grupo de 83 países, o Brasil ocupa a 5ª posição no que diz respeito a feminicídios, evidenciando uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Conforme apontado pelo PNPPM (2013)⁵, a maior parte dos feminicídios são cometidos no âmbito doméstico por homens com quem as mulheres possuíam um vínculo afetivo.

Ainda segundo o Mapa (2015) o Estado do Paraná apresenta uma média de 15,1 homicídios por 100 mil mulheres, entre os anos de 2003 a 2013. Segundo o mesmo levantamento, na incidência dos homicídios de mulheres os instrumentos utilizados pelos seus agressores são: 48,8% arma de fogo, 25,3% objetos cortantes/penetrantes e 6,1% estrangulamento/sufocamento.

No município de Guarapuava a média da população feminina é composta por 86.049 mulheres, apresentando uma taxa de 6,5 feminicídios ocupando a 373ª posição no ranking das cidades mais violentas.

Mapa da Violência 2015	População de mulheres	Homicídio de mulheres					Taxa Média	Posição
		2009	2010	2011	2012	2013		
Guarapuava	86.049	3	7	6	4	8	6,5	373º

FONTE: Mapa da Violência 2015. Feminicídios.

O 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava envia semanalmente à SPM os Boletins de Ocorrência referentes a situações de violência doméstica e familiar. Somaram-se em 2013 um total de 511 registros, resultando uma média de dois Boletins de Ocorrência por dia. Em 2014 os registros da Polícia Militar totalizaram 479 boletins, baixando a média de ocorrências no que se

⁴ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª Edição. Brasília: 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em: 21 mar. 2016

⁵ Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

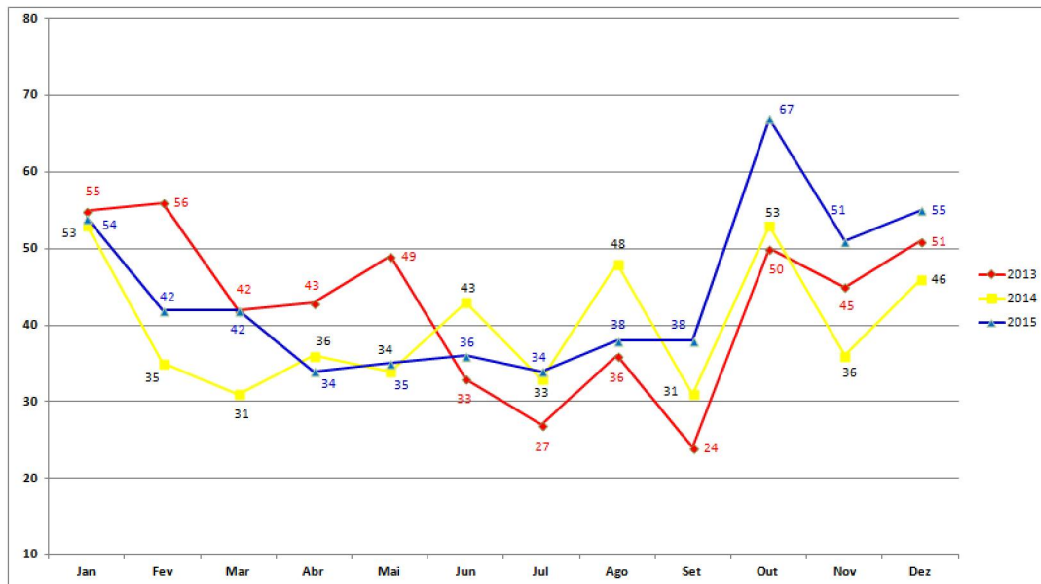
remete a 2013. Contudo, em 2015 os Boletins voltaram a registrar a média de duas ocorrências diárias, chegando a dezembro com 526.

TABELA: Evolução do número de boletins de ocorrência registrados na polícia militar, nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Ano	2013	2014	2015
Jan	55	53	54
Fev	56	35	42
Mar	42	31	42
Abr	43	36	34
Mai	49	34	35
Jun	33	43	36
Jul	27	33	34
Ago	36	48	38
Set	24	31	38
Out	50	53	67
Nov	45	36	51
Dez	51	46	55
TOTAL	511	479	526

FONTE: Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava.

GRÁFICO: Índice da evolução dos registros de 2013, 2014 e 2015.



FONTE: Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava.

Ressaltamos a possibilidade de que a demanda supere os dados quantitativos, tendo em vista que nem todos os casos de violência contra a mulher são devidamente denunciados.

Em Guarapuava uma das formas de aproximar a mulher em situação de violência das políticas públicas de enfrentamento é a realização das buscas ativas, a partir dos boletins de ocorrências fornecidos pelo 16º Batalhão de Polícia Militar. Busca ativa é a “[...] procura intencional, realizada pela equipe [...] tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social” (BRASIL, 2009). Com as visitas acredita-se que a mulher passa a conhecer os serviços públicos oferecidos pela Rede de Enfrentamento no sentido de empoderar as mulheres e na busca da superação da situação de violência.

A Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher, criada pela Lei 1.777/2008 e alterada pela Lei 2.195/2013, é gerida pela SPM e tem a função de promover a aproximação efetiva de organizações governamentais, organizações não governamentais, além da sociedade civil organizada, na busca de soluções à prevenção e erradicação da violência contra a mulher; identificar e retratar a situação da violência no município de Guarapuava; criar e reforçar estratégias voltadas ao enfrentamento do grave problema da violência contra a mulher; dirimir o impacto emocional e físico das vítimas e seus familiares. Na concretude, a Rede reúne-se mensalmente, na segunda segunda-feira de cada mês, às 15h30, na sede da SPM, e discute casos específicos de violência contra a mulher, aciona e articula os serviços necessários em cada caso, dando celeridade aos processos e eficiência nos resultados.

A partir das experiências da Rede, compreende-se que a violência contra a mulher não é combatida de forma isolada. Ao mesmo tempo em que se registra o boletim de ocorrência, requer medida protetiva ou garante abrigo em casos de risco de morte, paralelamente a Rede garante para a mulher, por exemplo: acesso ao trabalho, saúde, creche para os filhos, profissionalização, assistência social, psicológica e jurídica, habitação e segurança. Por isso, integram a Rede as seguintes entidades:

- 16º Batalhão da Polícia Militar;
- Delegacia da Mulher;
- 14ª SDP Polícia Civil;
- Instituto Médico Legal – IML;
- SPM;
- Unidades Básicas de Saúde/ UPA/Urgência/ Emergência/Hospitais;
- 5ª Regional de Saúde;
- Serviço de Atendimento Especializado – SAE;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Conselho Tutelar;
- Casa Abrigo;
- Defensoria Pública;
- Núcleo de Estudos dos Direitos e Defesa da Infância e Juventude – NEDDIJ – Unicentro;
- Ministério Público do Paraná – Comarca de Guarapuava;
- Programa Patronato/Unicentro;
- Poder Judiciário;
- Poder Legislativo;

-
- Faculdades e Universidade;
 - Movimento de Mulheres;

No que se refere ao trabalho realizado com o homem autor da violência, o Programa Patronato/UNICENTRO⁶ desenvolve grupos reflexivos com esse público. Eles são encaminhados pelo Poder Judiciário, com o objetivo trabalhar sua responsabilização, quebrar o ciclo da violência, desnaturalização da violência e desconstrução da desigualdade de gênero. Desde o início do trabalho com autores de violência, em 2014, até julho de 2016, foram realizadas oito edições do projeto e participaram, no total, sessenta e quatro homens. Quanto à reincidência após o grupo, no mês de maio de 2016, por meio da consulta aos processos eletrônicos dos participantes, foi constatado que, dentre os que finalizaram o grupo, apenas um participante teve registrado um novo processo referente a violência doméstica.

Diante dos dados apresentados, o Eixo Enfrentamento à Violência contra a Mulher do I PMPPM de Guarapuava, propõe ações visando o enfrentamento da complexa realidade que a configura.

Objetivo geral

Fortalecer e ampliar os serviços de atendimento e combate a todas as formas de violência contra as mulheres no Município de Guarapuava – PR

⁶ Projeto Financiado com recursos do FUNDO PARANÁ, Programa de Extensão "Universidade sem Fronteiras" subprograma Incubadora dos Direitos Sociais - PATRONATO, conforme TC Nº 007/16 - SETI/ USF/ UGF.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	METAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência.	Incentivar a capacitação da rede de enfrentamento às mulheres vítimas de violência.	Todos os profissionais da rede.	SPM	SEDS PJ SESP	Contínuo
	Incentivar a articulação junto ao Estado para a reorganização do espaço físico da DM.	Garantir a prioridade e o sigilo das mulheres.	Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	SESP	2017-2020
	Incentivar a contratação de equipe Técnica especializada para DM no atendimento às mulheres vítimas de violência.	Contratação da equipe técnica.	CMDMG	SESP	2017-2020
	Incentivar a contratação de equipe Técnica para o IML e efetivação do serviço 24hrs.	Realização de concurso público para contratação de profissionais para efetivação do serviço 24hs do IML.	CMDMG SPM Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	SESP SEDS	2017-2020
	Incentivar a Implantação da Patrulha Maria da Penha no Município de Guarapuava.	Articulação junto ao Gestor Municipal para a implantação da Patrulha Maria da Penha.	CMDMG SPM Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	PMG SESP	2017-2020

Promover a integralidade e a qualidade nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.	Oferecer atendimento humanizado às mulheres, respeitando raça/etnia e orientação sexual.	Garantir formação continuada sobre a humanização.	Secretarias municipais.	14ª SDP 16º BPM IML	Contínuo
	Fortalecer o trabalho em rede facilitando a referência e contra referência dos casos.	Manter as reuniões da Rede.	Rede de Enfrentamento da violência contra a mulher	Movimentos sociais	Contínuo
	Informatizar os dados sobre a violência contra as mulheres.	Sistema municipal de dados da violência contra a mulher.	PMG	SEDS	2017-2020
Promover a desconstrução da cultura de dominação, desigualdade e violência presente nas relações de gênero.	Realizar campanhas de conscientização do empoderamento das mulheres.	Durante as datas alusivas de Março, Agosto e Novembro.	SPM	NRE SMS Movimentos sociais SMAS SEMEC	Contínuo
	Realizar atividades itinerantes fortalecendo a desconstrução da desigualdade de gênero.	Conforme solicitação da comunidade e cronograma da Rede.	Rede de Enfrentamento a violência contra a mulher		
Promover a criação de um Juizado Especial de violência doméstica e familiar, buscando a efetivação da Lei Maria da Penha.	Articular sociedade civil e poder público com a finalidade de criação do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar em Guarapuava.	Juizado Especial	PMG Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher.	PJ MP Patronato DM Movimentos sociais	2017- 2020

Fortalecer o projeto BASTA: grupo de responsabilização e reflexão para homens autores de violência doméstica nos Patronatos municipais.	Conscientizar o Poder Judiciário e o Ministério Público sobre a importância da efetivação da Lei Maria da Penha em desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados ao autor da violência.	Realizar reuniões com o Poder Judiciário e Ministério Público visando uma maior efetividade na responsabilização do autor de violência e na garantia das medidas protetivas.	Patronato Municipal CREAS SMADS SPM	PJ- Varas Criminais MP Patronato PJ- Varas Criminais MP Patronato SEDS	2017-2020
	Ampliar os serviços de responsabilização e educação do autor da violência.	Criar grupos socioeducativos voltados ao autor da violência.	Patronato Municipal CREAS SMADS SPM		2017-2020
Criação de uma casa de passagem municipal para mulheres em situação de vulnerabilidade social.	Apresentar no Conselho da Mulher a proposta de criação da casa de passagem.	Aluguel/Construção de uma casa	PMG	CREAS SPM CMDM	2018- 2021
	Inserir no PPA (2018 a 2021) a criação de uma casa de passagem para mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência.	Articulação com o Gestor Municipal sobre as formas de viabilização da casa de passagem no município.	SPM CMDMG		
Efetivação do aluguel social para mulheres vítimas de violência no município.	Garantir que mulheres em situação de violência sejam contempladas prioritariamente pelo Aluguel Social	Elaborar Projeto de lei que regulamente o aluguel social nesses casos.	SPM	Câmara Municipal Secretaria de Habitação.	2017-2020



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

Fortalecer e ampliar os serviços ofertados pela SPM no combate a violência e empoderamento das mulheres.	Manter e ampliar a estrutura da SPM e a equipe.	Garantir a continuidade de uma secretaria especializada em Políticas Públicas para as Mulheres	Prefeitura Municipal de Guarapuava Câmara de Vereadores de Guarapuava	CMDM Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher	Contínuo
--	---	--	--	---	----------

EIXO III

SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

A gestão da atenção à saúde no Município de Guarapuava está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde. De acordo com a Norma Operacional da Assistência à Saúde nº 01/NOAS-SUS 2001, o Município está enquadrado na modalidade de Gestão Básica do Sistema. O mecanismo responsável pelo controle social é o Conselho Municipal de Saúde, criado em Guarapuava em 1993.

A Rede física de atendimento do Município de Guarapuava possui estabelecimentos de saúde públicos e privados, sendo de responsabilidade da gestão municipal:

Atenção Primária:

- 33 Unidades de Atenção Primária, que são responsáveis pelo atendimento inicial ao usuário através da Estratégia da Saúde da Família, Estratégia de Saúde Bucal e Estratégia dos Agentes Comunitários.

Atenção Secundária:

- 02 Centros de Atenção Psicossocial, sendo um voltado para pacientes portadores de transtornos mentais e outro para tratamento de álcool e drogas.
- 01 Centro de Especialidades Odontológicas, cujo objetivo é ampliar em nível secundário os atendimentos na área de odontologia como periodontia especializada, endodontia, atendimento a portadores de necessidades especiais e diagnóstico de câncer de boca.
- 01 Centro de Saúde da Mulher, que visa garantir o acesso ao atendimento humanizado para as gestantes e crianças até um ano de idade de acordo com a classificação de risco, de forma integral, ou seja, consultas, exames, medicamentos e transporte.
- 03 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas, localizadas nos bairros Trianon, Primavera e Batel, com o objetivo de atender os casos de urgência e emergência de acordo com a classificação de risco, priorizando aqueles que necessitam de atendimento imediato visando reduzir o tempo resposta.

Sob a gestão dupla (Municipal e Estadual), encontram - se os serviços de atenção secundária como:

- O Consórcio Intermunicipal de Saúde, referência para consultas, exames e pequenas cirurgias ambulatoriais eletivas de média complexidade.
- Ambulatório de pneumologia e dermatologia sanitária responsável que oferece atendimento a usuários com doenças transmissíveis como a tuberculose e hanseníase e não transmissíveis como o câncer de pele;
- SAE, que atua na prevenção e tratamento de doenças transmissíveis como hepatites, sífilis, HIV e AIDS;

As unidades hospitalares do Município são instituições privadas credenciadas para atendimento ao SUS, sendo o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo sem fins lucrativos que oferece atendimentos de média complexidade e alta complexidade nas especialidades de cardiologia, neurologia e oncologia; o Instituto Virmond credenciado para os atendimentos de

média complexidade e alta complexidade na especialidade de psiquiatria; e o Hospital Semmelweis, credenciada para os atendimentos de média complexidade.

Na área de prevenção do câncer, em 2015 foram realizados 3.256 exames de mamografia, 6.661 exames citopatológicos (preventivos). De janeiro a abril de 2016 já foram coletados 1.277 exames citopatológicos. Com relação à assistência em Planejamento Familiar, o Programa desenvolvido em Guarapuava visa oferecer a mulheres e casais orientação e oferta de contraceptivos. Os métodos temporários são ofertados em todas as unidades de saúde da rede básica. Os métodos contraceptivos definitivos – laqueadura tubária e vasectomia são ofertados na rede básica de saúde. Os procedimentos de esterilização cirúrgica eram encaminhados através do CISGAP (Consórcio de Saúde), sendo que em 2016 passaram a ser encaminhados através de departamento de Controle e Avaliação, junto a SMS, os procedimentos foram reavaliados e estão por iniciar os procedimentos cirúrgicos, em aguardo têm-se 38 procedimentos de laqueadura e 101 procedimentos de vasectomia.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são também lugar de referência para o pré-natal de baixo risco e de risco intermediário, atendimento que envolve tanto o trabalho de médicos quanto da equipe de enfermagem, assim como outros profissionais: equipe odontológica, agentes comunitários de saúde, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos. O número de gestantes atendidas no ano de 2015, pela rede municipal foi de 3.216, totalizando 10.141 consultas, sendo números de nascidos vivos 2944 e destes 1436 partos normais e 1508 cesáreas. A taxa de cesarianas recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 25%. Partindo desse cálculo e dos dados disponíveis, constata-se que a quantidade indicada em Guarapuava deveria ser 736 partos cesarianos. Como é possível observar, ainda temos índice alto em nosso Município.

No que diz respeito à mortalidade de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos), é importante sinalizar que em 2015 ocorreu a morte de 66 mulheres nessa condição, sendo as causas as mais diversas.

No que se refere ao acompanhamento pré-natal e pós-parto, este é garantido por meio do Programa Mamãe Guará, que conta com equipe multidisciplinar, realizando diversos procedimentos, tais como: consultas e exames no período gestacional, consulta logo após o parto, realizações de exames pós parto na mãe e na criança, visitas de acompanhamento e orientação. Aqui é importante pontuar que o referido Programa atende de forma direta as mães e crianças, de forma que o Município ainda não dispõe do acompanhamento de pré-natal do homem, este já recomendado pelo Ministério da Saúde, estimulando os futuros pais a fazerem um check-up durante o pré-natal da parceira, de forma que, ao cuidar de si mesmo, esteja plenamente capaz de se corresponsabilizar pelo cuidado de suas filhas e/ou filhos, bem como cuidar da companheira durante o primeiro ano perinatal. Com um programa de saúde voltado aos homens genitores no período pré-natal, possibilitaria um aumento de procedimentos urológicos no SUS, como exames e cirurgia de próstata, vasectomia, fimose. O principal objetivo é combater doenças sexualmente transmissíveis por meio de exames, tais como: Sífilis, HIV, Hepatites Virais B e C. Os médicos também diagnosticam hipertensão arterial diabetes e colesterol. Em municípios que já implantaram tal programa, inclusive através de Lei Municipal, estes também vem realizando reuniões mensais com os casais, para informar sobre alterações que podem ocorrer com a mulher

e na relação desta com o companheiro durante a gravidez e o nascimento do filho. Normalmente o homem vai a primeira consulta com a companheira, e já nesta o médico solicita os exames.

Um dos principais indicadores das condições de vida de uma população é a mortalidade materna. A análise mundial dos dados mostra grandes disparidades, que refletem o grau de desenvolvimento econômico e social de cada país. No Brasil, embora as taxas venham apresentando redução, o número de mortes ainda pode ser considerado elevado se considerarmos o que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera baixa uma taxa de 20 mortes por 100 mil nascidos vivos.

Considerando a redução observada no Brasil que passou de 120 mortes por 100 mil nascidos vivos, no ano de 1990, para 74,6 no ano de 2005, é possível prever que o Brasil não alcançará a meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que é de reduzir em 75% até o ano de 2015. Em Guarapuava o índice de mortalidade materna foi de 05 mães no ano de 2015. No entanto, cabe ressaltar que as mortes registradas são de mulheres com filhos com até 12 meses, cujos registros não categorizam a causa da morte, gerando dúvidas sobre a relação direta com eventos do pós-parto. Com referência a taxa de mortalidade infantil essa é de 13,43, ou seja, em 2015 dos 2944 nascimentos acima citados, ocorreram 40 óbitos infantis.

Com referência ao atendimento de vítimas de violência, essas são atendidas através dos serviços da SPM, CREAS e SMS em conjunto. A SMS realiza os atendimentos médicos, de enfermagem, realização de exames como HIV, Hepatite, contracepção de emergência, com a profilaxia antiretroviral e a notificação da ficha individual de violência, no SINAN (Sistema Nacional de Notificação), conforme orientação e determinação do Ministério da Saúde. No ano de 2015 foram notificados 74 casos, sendo que o mês de maior número de notificações foi em dezembro, sendo notificados 11 casos. No ano de 2015 a Secretaria Estadual de Saúde lançou o Protocolo de Atendimento as Pessoas em situação de Violência Sexual, o qual definiu como sendo Hospital de referência para o atendimento Hospital São Vicente de Paulo, que após processo de formação de equipe passará a prestar este atendimento no decorrer do ano de 2016, com atendimentos médicos, psicológicos e socioassistenciais.

Segundo dados do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM, no ano de 2000, 1,3 milhão de mulheres morreram de AIDS em todo o mundo. Quase a metade dos casos novos de infecção por HIV tem sido em mulheres. Atualmente, 16,4 milhões de mulheres vivem com o HIV/AIDS. Nos últimos três anos, a porcentagem de mulheres infectadas com o HIV cresceu de 41% para 74%. Embora, há muito tempo, lideranças dos movimentos de mulheres e pesquisadoras da área da saúde venham alertando para a problemática da AIDS entre as mulheres, as ações direcionadas à população feminina só tornaram-se mais ofensivas no final da década de 90. As pesquisas que abordam a temática demonstram a complexidade que envolve a questão da adoção de medidas de prevenção pelas mulheres, destacando a necessidade de pensá-las no contexto das relações de gênero. O Serviço do SAE em Guarapuava tem notificado 840 casos de pacientes com hepatite ou HIV/AIDS positivos. Em especial, O SAE do Município realiza ações, tais como, rodas de conversas e palestras em serviços de saúde, educação e empresas, sempre que solicitados, ainda em parceria com alunas da Faculdade Campo Real, desenvolvem ações através de peça teatral e o Programa Bem Te Vi que atende as profissionais do sexo, havendo o cadastro de 230 mulheres, dessas 60% frequenta o serviço regularmente, passa por consultas de enfermagem, médica, orientações, entrega de preservativos.



O atendimento às pessoas idosas se dá através de parcerias entre as secretarias, em especial SMS e SMADS. Essas secretarias estão iniciando um Programa de Atendimento ao Idoso, com equipes multidisciplinares. No ano de 2015, a SMADS acompanhou de forma direta em seus grupos, 960 idosos, desses 85% de mulheres. Por meio de atividades físicas, tais como exercícios de alongamento, caminhadas e dança, assim como as atividades socioeducativas desenvolvidas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, colabora na prevenção de doenças, bem como na redução do isolamento social e consequentes quadros depressivos, tão comuns em mulheres idosas.

A rede de saúde mental dispõe dos serviços de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial), sendo o CAPS II com atendimentos aos transtornos psiquiátricos, com 2.300 cadastros ativos de pacientes, desses a maioria mulheres. Também dispõe do serviço de CAPS AD (Centro de Apoio Psicossocial Álcool e outras Drogas), com cerca de 1.000 casos ativos, sendo as mulheres sua minoria. Esses serviços são de responsabilidade do Município. Sob responsabilidade do Estado, ainda existe CAPS AD III (Centro de Apoio Psicossocial – Álcool e outras Drogas, para tratamento intensivo). O CAPS AD III atende adolescentes com 10 leitos sem reserva de vagas entre o sexo feminino ou masculino. Os leitos são distribuídos conforme a demanda se apresenta. No caso dos leitos adultos, 04 são femininos, uma vez que a maioria da procura é masculina. Aqui é importante enfatizar que o serviço atende não somente Guarapuava, mas também região.

Objetivo Geral: Implementar serviços de saúde especializado no atendimento à mulher.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	METAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Qualificar as equipes dos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e dos NASFs– Núcleo de Apoio à Saúde da Família, do Município de Guarapuava, para o atendimento as Mulheres conforme as suas especificidades (atenção especial às lésbicas, bissexuais e transexuais, mulheres com deficiências, idosas, indígenas, negras, quilombola, e em situação de violência sexual, violência doméstica ou intrafamiliar).	Formação das Equipes Técnica dos CAPS referente à Saúde Mental da Mulher;	Uma capacitação anual.	SMS	SESA FUNASA FUNAI	2017-2026
	Formação das Equipes Técnicas dos NASFs referente à violência contra a mulher;	Uma formação para cada equipe de NASF, anual.			
	Matriciamento dos profissionais da rede de atenção básica de saúde do Município.	Capacitar um representante de cada unidade básica de saúde e/ou serviços de saúde.			
Levantar número de casos de mulheres atendidas na rede de saúde por uso de álcool e outras drogas.	Incluir no sistema eletrônico de saúde (prontuário) sinalização de alerta dos casos identificados de atendimento por uso de álcool e outras drogas.	100% dos casos.	SMS	SESA	Contínuo
	Implantar protocolo de autocuidado nos serviços de saúde, referente ao uso de álcool e outras drogas.	Todas as unidades básicas de saúde e/ou serviços de saúde.			

Garantir atendimento Psicológico Clínico e Social para as Mulheres nas redes de atenção básica de saúde.	Ampliação da equipe técnica com contratação de psicólogos e assistentes sociais nas UBSs.	Contratação de dez psicólogos clínicos e dez assistentes sociais para principais pólos.	PMG SMS		2017-2026
Capacitar os profissionais da Rede de Saúde do Município, no que se refere ao atendimento e notificação de violência contra a mulher, direitos sexuais, direitos reprodutivos e normas técnicas do Ministério da Saúde, bem como a humanização dos atendimentos.	Qualificação dos profissionais da Rede Municipal de Saúde.	100% da rede.	SMS	SESA	Contínuo
Ampliar os serviços públicos em Ginecologia.	Contratação de profissionais especializados na área ginecológica.	Contratação de dez ginecologistas para os principais pólos.	PMG SMS		2017-2026
Definir mecanismos de monitoramento e avaliação da política de saúde da mulher.	Ações de regulação, controle, avaliação e auditoria dos serviços de saúde à mulher.	Todos os serviços voltados p/ as políticas de saúde à mulher.	SMS	PMG	Contínuo
Realizar periodicamente pesquisas sobre a satisfação das usuárias em relação aos serviços de saúde do Município, com divulgação para a sociedade.	Controle Social.	Elaboração do questionário de pesquisa. Orientação aos funcionários para aplicação da pesquisa. Divulgação da Pesquisa.	SMS Ouvidoria de Saúde	PMG SECOM	Contínuo

Implementar e ampliar as equipes dos NASFs, aumentando o número de profissionais, conforme a demanda local e como preconizado pelo Ministério da Saúde.	Contratação de profissionais conforme a demanda.	Suprir a demanda.	SMS		2017-2020
Garantir a educação permanente com ações de enfrentamento ao racismo, fobia LGBTs, e todas as formas de discriminação as mulheres, incluindo a temática da ética e da laicidade do Estado na formação profissional, com vistas à humanização do SUS.	Qualificação Profissional Programa Nacional de reorientação Profissional em saúde, Pró-Saúde e Humanização.	Fórum anual contemplando toda a rede de atendimento à saúde.	SMS	SESA Instituições de Ensino Superior	Contínuo
Conscientizar as mulheres em idade reprodutiva sobre a importância da realização dos exames preventivos de câncer de mama e útero.	Aumentar a divulgação dos serviços de realização de exames de preventivos e mamografias.	Campanhas na mídia e em grupos de mulheres.	SMS	SESA	Contínuo
Estimular e desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva, em especial prevenção da gravidez na adolescência.	Criar ações de conscientização aos adolescentes e jovens referente a prevenção DSTs e gravidez na adolescência.	Campanhas na mídia, grupos de adolescentes e Instituições de ensino.	SMS SEMEC Conselho Tutelar	SESA SEED	Contínuo
Ampliar o acesso das mulheres em situação de rua e gestantes	Fortalecer a comunicação entre a rede de atendimento as mulheres	Atender a saúde das mulheres em situação	SMS Conselho Tutelar	Albergue	Contínuo

que fazem uso de drogas, à rede de atenção e ofertar atenção integral à saúde.	para garantir a adesão ao pré-natal.	de rua.	CREAS		
Promover a participação contínua do pai nos pré-natais e tratamentos das DSTs.	Campanhas de conscientização da importância do homem nas consultas de pré-natal e no tratamento das DSTs.	Campanhas na mídia, em empresas, semana de prevenção de acidentes de trabalho.	SMS Conselho Tutelar	SESA CIPA	Contínuo
Desenvolver ações de saúde e cuidado para as mulheres dentro do sistema prisional do Município.	Garantir atendimento periódico geral de saúde a mulher, por uma equipe multidisciplinar nas dependências do sistema prisional do Município. E os atendimentos específicos da saúde da mulher, conforme agendamento na saúde pública.	100%	SMS	SESP	Contínuo
Prioridade de atendimento, nos serviços públicos, às vítimas de violência sexual, com a efetivação de forma integral na rede SUS, conforme já previsto em lei, bem como criar um sistema integrado de atendimento as vítimas de violência de gênero.	Divulgação da Lei 12.845/2013 que exige a prioridade no atendimento e sensibilização dos profissionais de saúde.	100%	SMS	SPM	Contínuo

EIXO IV

EDUCAÇÃO, CULTURA E QUALIDADE DE VIDA

Historicamente as diferenças corporais entre homens e mulheres serviram para a manutenção de relações hierárquicas entre as pessoas. Diante dessa hierarquia garantiram aos homens o acesso à vida pública, já para as mulheres, atividades e demais afazeres estritamente voltados ao lar. Ser mãe, esposa e dona de casa, foi passado como se fossem obrigações a serem cumpridas por todas as mulheres. Uma naturalização que enclausurava as mulheres em determinadas atividades que tinham como base as diferenças percebidas entre os sexos. No Brasil, foram utilizadas diferentes maneiras de fortalecer essas diferenças. O Código Civil de 1916, por exemplo, como forma utilizada para manter as mulheres como donas de casa, atribuiu aos homens a necessidade de sustentar esposa e filhos/as. Logo, tais atribuições garantiriam aos homens o acesso à vida pública, construção de carreira, dentre outras atividades. Já para as mulheres, o trabalho fora de casa seria aceito em situação de pobreza, onde mesmo mediante tal situação, tais atividades só poderiam ser realizadas posteriores a permissão do conjugue.

Diante de tantas lutas no início do século XX, como o direito de votar e ser eleita, acesso à vida pública, garantia de direitos trabalhistas, dentre outros, as mulheres provocaram várias mudanças sociais das quais gradativamente contribuíram para romper com práticas sexistas. Conforme Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (2012) na virada do século XIX para o XX desenvolveu-se a emergência das engenharias associada a projetos de modernização, onde as ideias de progresso foram alicerçadas na ciência e na tecnologia. Junto a essas questões, configurou-se no país a necessidade de políticas públicas para atender a educação. Todavia, em meio a uma sociedade organizada com base nas diferenças de gênero, as mulheres continuaram tendo limitações para ingressar no ensino escolar, agravando-se ainda nos cursos superiores.

Em meio a alguns avanços, principalmente pela busca de garantir a formação escolar, muitas mulheres passaram a frequentar os bancos escolares. No entanto, em meio a essas conquistas, a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que garantiu a obrigatoriedade do ensino para as crianças a partir dos 07 anos de idade foi elaborada de modo que meninos e meninas recebessem uma educação diferenciada. Onde em turmas, ou até mesmo escolas separadas, os meninos receberiam uma educação diversificada, já as meninas, excluídas de algumas disciplinas, deveriam ter ensinamentos que basicamente consistiam em aprender de como deveria ser mulher, mãe, esposa e dona de casa. Conforme Maria Eulina Pessoa de Carvalho, as mulheres “[...] foram incluídas em escolas, classes, ramos do ensino ou áreas curriculares separadas – caneta para os meninos, agulha para as meninas.” (2010, p. 238)

Conforme Guacira Lopes Louro (2009), mesmo com uma educação sexista, muitas mulheres utilizaram dos saberes recebidos na escola para exercer atividades no setor público, entre elas a docência. Segundo a autora, na primeira metade do século XX, o aumento de matrículas exigiu a ampliação do corpo docente. No mesmo período, a docência que por anos os homens predominavam na atuação, passa a ser modificada pela inclusão e aceitação das mulheres. Entre os motivos, da associação feita ao corpo, de que por serem mulheres seriam boas mães, logo teriam a capacidade de cuidar das crianças. No entanto, tais atividades ainda foram aceitas de caráter temporário, desde que não comprometessem as relações familiares, e ainda, tivesse a permissão do marido. Assim, o ingresso dessas mulheres em atividades profissionais

ocorreu em meio a desigualdades já existentes, entre elas, a diferença salarial, onde o salário baixo recebido pelas mulheres foi justificado pelo trabalho ser visto como auxílio para a renda familiar.

Em Guarapuava, com o aumento da procura por vagas nos bancos escolares, segundo Sonia Vicentin e Carlos Herold Junior (2012) foi criada a Escola Normal Regional para a formação do magistério. Em meio a uma educação sexista, essas mulheres receberam uma educação da qual foi reproduzida nas mais diversas instituições existentes na cidade. Ainda conforme Herold, até a década de 1960 em Guarapuava, existia pouco mais de 100 escolas, essas que em sua maioria eram pequenas instituições de ensino primário que possuíam em média 100 matrículas. (Importante ressaltar que o território de Guarapuava em 1960 era maior que o atual e compreendia municípios vizinhos).

Durante todo o século XX as mulheres lutaram por uma educação de qualidade e que garantisse uma continuidade dos estudos e a carreira profissional. Com aproximadamente 20 anos após a obrigatoriedade do ensino público a partir dos 07 anos, a legislação educacional do país buscou qualificar as mulheres como prendas domésticas. Currículo e outras ações sexistas agiram legalmente até a década de 1960, momento em que se instituiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4.024 de 20 de dezembro de 1961) do qual deixou de ser obrigatória a divisão de turmas e currículo com base nas diferenças sexuais, no entanto não atendeu de forma significativa para que as mulheres conseguissem aproveitar seus estudos no ensino superior.

Em 1971, a LDB 5.692/71, elaborada em meio à ditadura civil militar, fora desenvolvida de modo a atender manifestações em busca de qualidade no ensino. Em resposta, a referida lei tornou obrigatória a formação técnica, onde nas séries finais do ensino fundamental deveria ser realizado um mapeamento dos interesses e aptidões profissionais, e no ensino médio os/as estudantes profissionalizar-se-iam e receberiam um diploma de ensino técnico com base no curso escolhido. Tais medidas ainda garantiram que parte do que fora estudado poderia ser aproveitado para ingressar no ensino superior. Em Guarapuava, com a implantação da Faculdade de Ciências e Letras (FAFIG) em 1970, e posterior a autorização do curso em pedagogia, do qual permitiu o aproveitamento dos estudos do magistério, foi uma das alternativas buscadas por muitas mulheres para iniciarem, ou até mesmo darem sequência a uma carreira profissional, pois, em meio a um novo contexto ampliaram-se o número de vagas, como nas escolas, onde exigia-se um maior número de profissionais. Tais acontecimentos representam um avanço para parte da população local, principalmente para muitas mulheres que buscaram a formação em licenciatura para seguirem uma carreira profissional, e principalmente a autonomia financeira com o trabalho.

Mesmo diante a considerados avanços na educação, muitas ações pedagógicas deram continuidades a práticas sexistas. Onde por meio do currículo, divisão de turmas, ou até mesmo em palestras, a educação recebida nas escolas continuou sendo realizada de modo a manter as desigualdades entre homens e mulheres. Em estudo recente, Jorge Luiz Zaluski, (2016) ao analisar as relações de gênero e ensino na educação escolar de Guarapuava durante a década de 1970 e parte de 1980, percebeu que algumas escolas mantiveram turmas e currículo de modo a propor a valorização dos homens em meio ao espaço público, e para as mulheres obrigações como esposa, mãe e dona de casa como um destino para todas as mulheres. Com uma educação sexista institucionalizada, além de medidas para fortalecer a visão naturalizada das diferenças entre homens e mulheres, tais medidas vão de encontro as poucas conquistas das mulheres obtidas até

aquele período. Foi nesse cenário em meio a avanços e retrocessos que se desenvolveu nosso sistema de ensino. Onde foram, e ainda são necessárias muitas resistências para romper com uma educação sexista, e de que realmente contribua para a valorização e empoderamento das mulheres.

Em Guarapuava, reflexos de parte dessa educação sexista, como também a manutenção de outras formas de exclusão e exploração das mulheres podem ser percebidas através da análise dos dados da última pesquisa realizada pelo IBGE de 2010. Ao se tratar de trabalho e renda, a qualificação profissional muitas vezes torna-se um agravante para as diferenças salariais. Conforme o IBGE, até 2010, 42,9% da população economicamente ativa de Guarapuava não tinham nenhuma instrução escolar ou possuía o ensino fundamental incompleto. Desses números, 47,4% eram homens, e 36,7% mulheres. Ou seja, a cidade de Guarapuava possui em sua maioria homens empregados em trabalhos formais, com nenhuma ou pouca escolaridade e que recebem maior rendimento que as mulheres. Tais informações podem ser aprofundadas também ao serem observados os índices sobre o ensino fundamental, médio e superior. No ensino superior, por exemplo, essas diferenças são acentuadas ao ser demonstrado que apenas 11,3% dos homens que trabalhavam formalmente até 2010 possuíam curso superior completo. Já para as mulheres, esses números sobem para 20,8%. Ou seja, ainda em meio a tantas desigualdades existentes as mulheres estão tendo acesso à formação escolar e profissional. Todavia, em meio a desigualdades já existentes, continuam recebendo salários reduzidos.

Trazer essas informações sobre a realidade das relações entre as pessoas em Guarapuava são de extrema importância para a reflexão e elaboração de Políticas Públicas para o enfrentamento de combate a violência e outras formas de exclusões ainda sofridas por milhares de mulheres. Como exposto, o sistema educacional brasileiro, entre eles o de Guarapuava, agiu de maneira intensa para marcar, reforçar e naturalizar diferenças de gênero. De caráter sexista contribuiu para que permeasse – e ainda se faz presente – entre nós a concepção de que as mulheres são posse de alguém e de que deveriam cumprir suas funções naturais. Promover uma educação para a promoção da igualdade entre os gêneros, além de não sexista, é fazer com que a educação recebida – principalmente pelas crianças – não se torne uma barreira para a igualdade entre as pessoas. É valorizar e oportunizar as mulheres para ocupem os mais variados setores da sociedade que por anos os foram negados. É mostrar que são capazes de fazer tudo, ir onde elas quiserem. É fazer com que percebam as desigualdades e não se caíam frente a elas. É não silenciar, é lutar.⁷

Objetivo geral: Contribuir com uma educação que promova o respeito, a redução da desigualdade entre mulheres e homens, o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnica, racial, social, religiosa, geracional, por orientação sexual e contra pessoas com deficiência. Promover o acesso e a permanência de mulheres na educação regular, de todas as faixas etárias respeitando a diversidade étnica, racial, social, religiosa, geracional, por orientação sexual, do campo, comunidades itinerantes, em situação de privação de liberdade, com deficiência, em situação de rua e toda e qualquer situação de vulnerabilidade social.

⁷ Contribuições de Jorge Luiz Zaluski – Mestre em História.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÃO	METAS	ORGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica.		100% dos estabelecimentos de ensino.	SEMEC	NRE	Contínuo
		100% dos estabelecimentos de ensino.	SEMEC	NRE Instituições de Ensino Superior	Contínuo
	Formação p/ profissionais de educação sobre como identificar os casos de violência doméstica e os fluxos de encaminhamento aos órgãos competentes.	Todos os profissionais da educação da rede Estadual e Municipal.	SEMEC	NRE SMS SMAS SPM	Uma vez ao ano
Promover a formação continuada de gestores/as e servidores/as públicos/as de gestão direta, sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação, como também a formação de estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades dos sistemas de ensino público sobre a igualdade de gênero e valorização das diversidades.	Garantir formação continuada de gestores e profissionais da educação através de oficinas, palestras, cursos e seminários.	Todos os profissionais da educação da rede estadual e municipal.	SEMEC	NRE	Contínuo
	Promover oficinas de teatro, de dança, de contar histórias com estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, referente à igualdade de gênero e a valorização	Todos os estudantes da rede estadual e municipal de ensino.	SEMEC	NRE	Contínuo

	das diversidades.				
	Ampliar a oferta do Curso “Autonomia e Empoderamento das Mulheres”	Todos os profissionais da educação da rede Estadual e Municipal.	SPM SEMEC	NRE UNICENTRO	2016 à 2020
		Execução de Festivais	SEMEC	NRE SPM	Anual
Promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade.	Campanha de divulgação dos cursos profissionalizantes, técnicos e de ensino superior, principalmente nas áreas científicas e tecnológicas, nos colégios direcionada para as alunas do ensino médio da rede pública e privada de ensino.	100% das estudantes de ensino médio do Município.	SPM CMDMG	NRE Entidades de Nível Superior e Técnico.	Contínuo
Ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho.	Ampliar a construção e o financiamento de creches e educação infantil públicas, nos meios urbano e rural, priorizando a educação de qualidade em tempo integral.	100% das crianças de 0 a 5 anos.	PMG SEMEC	Governo Federal Governo do Estado	2017-2026
	Apoiar a promoção de atividades socioeducativas	100% das Escolas Municipais.	PMG SEMEC	Governo Federal	2017-2026

	nas escolas, ampliando o tempo e o espaço educativo nas redes de ensino públicas.			Governo do Estado	
Promover políticas para reduzir o analfabetismo Feminino.	Mapear a demanda não alfabetizada dos grupos específicos de mulheres com 15 anos ou mais.	100% do Município	PMG SPM	NRE Organizações de Mulheres	2017-2019
	Produzir materiais de publicidade e divulgação adequado ao público a ser atingido para campanhas de mobilização;	100% das mulheres não alfabetizadas do Município.	PMG SPM	NRE Organizações de Mulheres	Contínuo
	Promover, por meio de programas específicos, a alfabetização das mulheres, em especial negras, indígenas, quilombolas, ciganas, contemplando também diferenças geracionais e as especificidades das identidades de gênero e orientação sexual, gestantes e mães;	100% das mulheres não alfabetizadas do Município.	PMG SPM	NRE	Contínuo
Promover ações educativas visando a redução da violência	Promover reflexões sobre a promoção de saúde, dos	100% das/os estudantes da rede estadual e municipal de	SEMEC	NRE SAE	Contínuo



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

de gênero no ambiente escolar e universitário, com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes.	direitos sexuais e direitos reprodutivos de jovens e adolescentes, prevenção da gravidez na adolescência e das DSTs, uso de álcool e outras drogas e suas consequências por meio de materiais didáticos, outdoor, campanhas, debates, entre outros.	ensino.			
Realizar ações de combate ao assédio sexual e moral no ambiente escolar.	Formação continuada para equipes pedagógicas sobre a caracterização e procedimentos em casos de assédio sexual e moral.	Todas as IES e Colégios Estaduais.	SPM	NRE IES	Contínuo
	Campanhas publicitárias de combate ao assédio sexual e moral.				
Promover o acesso à educação do campo, capacitando professoras/es e oferecendo qualificação profissional para jovens agricultoras familiares, com instalações adequadas.	Ofertar cursos de qualificação profissional e educação formal para mulheres no campo, de acordo com a realidade vivida e suas demandas, visando o empoderamento e geração de renda.	Conforme a demanda.	SPM SMA	NRE Entidades de Nível Superior e Técnico.	Contínuo

EIXO V

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

“A Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava ficaram de responsabilidade de Diogo Pinto de Azevedo Portugal que partiu de Curitiba em agosto de 1809. Para o trabalho religioso na expedição, bem como na catequese dos índios, foi designado o Pe. Francisco das Chagas Lima, do clero secular da Diocese de São Paulo.” (Cristiano Durat) Guarapuava foi fundada em 9 de dezembro de 1810, e sua história destaca alguns ícones do desbravamento, ocupação e colonização destas terras, sendo os principais já citados, Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Pe. Chagas. No decorrer da história, o poder político, econômico e administrativo foi desenvolvido por homens, pouco se conhece sobre as mulheres que atuaram no tempo da colonização. Cargos políticos elas não ocuparam e talvez por isso elas não ficaram registradas na história. Às mulheres era reservado o cuidado da vida doméstica, o meio privado.

Com o fim do império e início da monarquia (1892) foi eleito o primeiro prefeito de Guarapuava, coronel Pedro Lustosa de Siqueira. Depois dele, outros 31 homens exerceram a função de prefeito da cidade, até o mandato do prefeito Cesar Silvestri Filho (2013-2016). Nenhuma mulher foi eleita prefeita na cidade até então. A primeira mulher a ocupar um assento no poder executivo, eleita pelo voto popular, foi a vice-prefeita, Eva Schran de Lima, compondo a administração do Prefeito Cesar Silvestri Filho.

Em 2016, a Câmara Municipal de Guarapuava completou 163 anos, nesse período apenas oito mulheres foram eleitas vereadoras. A primeira eleita foi Carmem Izidoro, em 1976, seguida de Almira Angelucci, Marli Rosa, Maria José Mandu Ribas, Maria Magdalena Nerone, Neuzi Gonçalves, Eva Schran de Lima e Nerci Guiné.

Na Assembleia Legislativa do Paraná, com aproximadamente 160 anos, apenas 20 mulheres atuaram como deputadas. Num universo de aproximadamente, 2160 cadeiras ocupadas em 160 anos, apenas 20 delas foram ocupadas por mulheres. Guarapuava elegeu sua primeira representante em 2014, a Deputada Estadual Cristina Silvestri.

Objetivo geral: Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para construção de valores e atitudes igualitárias e democráticas e para a construção de políticas para a igualdade.

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Sensibilizar a sociedade e implementar estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	Sensibilizar profissionais da mídia sobre a importância da participação das mulheres nos espaços de poder.	Promover mesas de discussões com os profissionais da mídia.	SPM Organizações da Sociedade Civil	Secom	Anos de disputa eleitoral
	Promover ciclos, palestras e estudos abordando o tema mulheres na política.	Realizar encontros no mês de Março.	SPM	TRE / LHAG Universidades	Uma vez ao ano
	Promoção de campanhas publicitárias como panfletagens redes sociais, e ações nas ruas com o objetivo de desconstruir o estereótipo de que política é lugar de preponderância masculina.	Realizar campanhas no mês de março e novembro.	Câmara Municipal SPM	Secom	Anos de disputa eleitoral
Criar mecanismos e estratégias de apoio à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e à sua participação político-partidária	Produzir e veicular na TV Câmara um programa de entrevistas semanal com mulheres líderes da cidade, articulado pelas vereadoras eleitas, respeitando a diversidade.	Realizar com as vereadoras eleitas, um planejamento para a efetivação das entrevistas.	Câmara Municipal	Universidade/ Curso de Jornalismo	A partir de 2017 todos os anos
	Promover capacitações sobre o sistema eleitoral, coligações, partidos políticos, eleições, campanhas eleitorais para aperfeiçoar as candidaturas femininas, com destaque sobre a reforma Política e Eleitoral.	Organizar com os partidos políticos e a sociedade discussões sobre os temas.	SPM	IES Partidos Políticos	Anos de disputa eleitoral



	Sensibilizar as mulheres candidatas da importância sobre o debate de gênero e promoção de políticas públicas para elas.	Realizar reuniões com as mulheres interessadas a disputar os pleitos eleitorais.	SPM Câmara Municipal	Partidos Políticos	Anos de disputa eleitoral
	Priorizar e oportunizar mulheres para assumirem chefias de departamento, escritórios regionais e secretarias municipais.	Promover a paridade na composição da formação da equipe de governo municipal.	PMG	Orgãos Públicos	Contínuo
	Contribuir com ações de sensibilização nos três poderes para ampliação e visibilidade da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, incluindo a diversidade de raça, gênero, geracional, classe.	Fiscalizar a efetivação da Lei das cotas para mulheres na política.	CMDMG SPM	Três Poderes	Período eleitoral
	Elaboração de projeto de iniciativa popular pelos Movimentos de Mulheres, feministas exigindo a reserva de 50% das cadeiras do legislativo.	Ampliar a participação das mulheres em 50 % nas cadeiras do legislativo.	Movimentos/ Coletivos de Mulheres CMDM	Câmara de Vereadores Conselho da Mulher Advogada SPM	2017-2026
	O CMDM deve fiscalizar os partidos políticos do Município, quanto a efetivação percentual do fundo partidário as candidaturas femininas.	Maior participação política das mulheres.	CMDMG	Câmara de Vereadores Partidos Políticos	Anos eleitorais

Estimular a participação das mulheres no controle social das políticas públicas, especialmente por meio do fortalecimento do Conselho Municipal da Mulher.	Criar previsão orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres destinada às ações e atividades do Conselho Municipal da Mulher e capacitação das conselheiras.	Incluir no PPA recursos para o CMDMG	SPM CMDMG Câmara Municipal	Entidades organizadas no segmento de mulheres.	Contínuo
	Criação da Casa dos Conselhos que abrigue de forma independente todos os conselhos municipais permitindo a autonomia aos representantes	Casa dos Conselhos	PMG		2020
	Disponibilizar vagas nos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres para os movimentos sociais como: LGBTT, MST, agricultoras, povos e comunidades tradicionais, entre outros.	Alteração da Lei	Câmara Municipal CMDMG	Entidades organizadas no segmento de mulheres.	2017
	Realizar a 3ª e a 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres conforme calendário estabelecido pela SPM-PR	Efetivação das Conferências.	SPM CMDMG	Entidades organizadas no segmento de mulheres.	A definir
	Articular com prefeita/o, vereadoras/es, deputadas/os estaduais eleitas/os a execução das ações do PMPPM e a manutenção e fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres nos seus mandatos.	Realização de reuniões, debates e sabatinas a respeito do tema.	CMDMG	SPM	Nos anos eleitorais

EIXO VI

DIREITOS HUMANOS: ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO, LESBOFOBIA, TRANSFOBIA, E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES IDOSAS, DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E DAS MULHERES ENCARCERADAS

Para entender de modo contextualizado o capítulo que propõe as políticas públicas relacionadas ao eixo de direito humanos, utiliza-se da definição do termo "mulheres" analisado pela filósofa Judith Butler: O termo mulheres não denota uma identidade comum, "se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é, (...) porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida." [BUTLER, Judith P.]

Elaborar um plano municipal é desafiador e mais desafiante é garantir a execução das políticas públicas propostas em todos os eixos, o eixo de direitos humanos ainda mais necessário, uma vez que o Estado por sua legislação vigente deveria inserir as minorias nos demais eixos, porém os avanços ainda não alcançaram esse ideal e se faz urgente este eixo específico.

VII. I - MULHER COM DEFICIÊNCIA

Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". Esta legislação versa ainda que "É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico".

A sociedade é organizada pela ideia cultural de que todas e todos são saudáveis, jovens, sem deficiência. As expectativas atribuídas por essa sociedade às mulheres são: cuidar da casa, ser mãe, esposa, parceira sexual e trabalhadora. Muitas vezes as mulheres com deficiência não conseguem alcançar essas expectativas. Essas mulheres estão mais propícias a experimentar um isolamento no seu ambiente domiciliar, com suas experiências pouco compartilhadas na sociedade, o que é representado pela mídia, que confirma imagens estereotipadas e distorcidas que omitem as mulheres com deficiência e reforçam a forma paternalista de como a sociedade as tratam.

Desse modo, infere-se que as mulheres com deficiência estão mais expostas às vulnerabilidades sociais e a invisibilidade na sociedade, enfrentando mais dificuldades no acesso à

participação social e política, à saúde, à cultura, ao lazer, à educação, à justiça, ao trabalho regulamentado. O artigo 6º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU reconhece que: “Mulheres e Meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação”, preconizando que “Os estados signatários tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”. Igualmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 5º, considera a mulher como especialmente vulnerável.

Segundo dados do IPARDES de 2010 (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), consta o registro de 36.229 pessoas com deficiência em Guarapuava, divididas entre deficiência física (11.355), intelectual (2.214), visual (28.331) e auditiva (8.447), ou seja, 21% do total de habitantes do município. Infelizmente, não foram encontrados dados específicos referentes ao número apenas de mulheres com deficiência vivendo em Guarapuava.

Guarapuava dispõe de atendimentos em várias áreas e setores de atendimento à mulher com deficiência. Em pesquisa realizada pela equipe deste eixo temático, em algumas entidades, conhecemos a seguinte realidade, como exemplo, a Associação de Amigos e Pais dos deficientes Visuais- APADEVI- atende atualmente 47 mulheres com deficiência visual. Com relação à mulher com deficiência física, a Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava - ADFG - realizou acompanhamento de 68 mulheres em 2015. Já o Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS- em 2015 acompanhou 10 casos de mulheres com deficiência em situação de risco social e pessoal. No Projeto Órtese e Prótese – P.O.P - (UNICENTRO – CEDETEG) no último semestre de 2015 foram atendidas 334 mulheres em diversos procedimentos, 45 mulheres em atendimento de Fisioterapia e 16 mulheres no laboratório de feridas. Já a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) informou que atualmente, em 2016, realizam atendimento de 217 mulheres com deficiência.

Pode-se notar também a falta de serviços relacionados às medidas preventivas para esta população em específico, de forma que a sociedade Guarapuavana seja tomada de consciência em relação à mulher com deficiência e para a definição de iniciativas no sentido de beneficiar a situação social dessas mulheres, buscando o objetivo de estimular a integração com suas necessidades diárias.

Objetivo Geral: Promover a participação das mulheres com deficiência nas políticas públicas, além de assegurar todos seus direitos garantidos por lei.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	METAS	ORGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Garantir o acesso da mulher com deficiência auditiva ou visual à Lei Maria da Penha.	Disponibilizar a Lei Maria da Penha em braile e em libras.	Elaborar e distribuir 50 cópias da Lei Maria da Penha em braile para a APADEVI.	SPM SEMEC SMAS COMDDEG	APADEVI APAE	2017- 2019
		Elaborar e distribuir 50 cópias da Lei Maria da Penha em braile e 50 cópias em libras para a SPM, SMAS e COMDDEG.			
Garantir o acesso da mulher com deficiência auditiva ou visual ao Plano Municipal de Políticas para Mulheres.	Disponibilizar o Plano Municipal de Políticas para Mulheres em braile e em libras	Elaborar e distribuir 50 cópias do Plano Municipal de Políticas para Mulheres em braile e 50 cópias em libras para a SPM, SMAS e COMDDEG.	SPM SMAS SEMEC COMDDEG	SECOM Gráfica Unicentro	2017-2020
Promover a realização de campanhas no ambiente escolar, com foco na autoestima de crianças e adolescentes com deficiência do gênero feminino, bem como no enfrentamento a estereótipos, discriminações, “bullying”	Capacitar docentes e equipe pedagógica da Rede Municipal, por meio de cursos, palestras, oficinas, dentre outros.	Capacitar 100% do corpo docente e equipe pedagógica de todas as escolas e CMEIS da Rede Municipal de Ensino.	SEMEC SMAS SECOM SMS Conselho Tutelar	NRE SESA SPM	2017-2026 (contínuo)

e preconceitos	Realizar Campanhas Educativas com alunas, alunos e mãe/pais/responsáveis nas escolas municipais.	Desenvolver anualmente, no dia 7 (sete) de abril, dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, campanhas educativas, informativas e de sensibilização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e audiovisual, bem como distribuir materiais gráficos impressos para pais e responsáveis.			
	Notificar os casos envolvendo bullying com crianças e adolescentes com deficiência, do gênero feminino.	Garantir que 100% dos casos sejam notificados pelas escolas municipais.			
	Fornecer assistência pedagógica, psicológica e social às vítimas de bullying e aos/às agressores/as.	Garantir que 100% dos casos sejam referenciados para a rede socioassistencial e Conselho Tutelar do Município.			
Produzir um diagnóstico específico sobre as mulheres guarapuavas com deficiência.	Estabelecer parcerias com universidades, associações não governamentais, IBGE para produção de estudos e pesquisas.	Diagnóstico sobre as mulheres com deficiências Guarapuavas.	PMG SPM SMAS SMS	SEMEC IBGE	2017-2020
Garantir atendimento humanizado às mulheres com deficiência.	Capacitar servidoras e servidores públicos municipais	Capacitar 100% dos servidores/as públicos e demais trabalhadoras/es lotados na SMAS SMS, SPM.	PMG SMS SPM	APAE APADEVI ADFG	2017-2020



	Elaborar materiais informativos impressos.	Disponibilizar material para 100% das servidoras e dos servidores públicos e trabalhadoras/es municipais	SMAS SEMEC	P.O.P SEDS	
Garantir acessibilidade universal para atendimento às mulheres com deficiência	Possibilitar as condições de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços públicos de atendimento às mulheres e condições de pavimentação asfáltica com calçamentos e passeios.	Disponibilização de recursos do Município para realizar adequações urbanística, com intuito de eliminar barreiras urbanísticas e arquitetônicas de acordo com as legislações de acessibilidade vigentes.	PMG Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos. SURG COMDDEG	CONCIDADES	2017-2026
Garantir pleno acesso à informação das mulheres com deficiência.	Disponibilizar intérprete de libras em eventos municipais e para atendimentos nos órgãos públicos.	Disponibilizar ao menos 1 intérprete de libras para os eventos das Conferências Municipais. Garantir a presença de 1 intérprete de libras em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMDDEG. Contratação via concurso público de 1 intérprete de libras para lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social. Contratação via concurso público de 1 intérprete de libras para lotação na Secretaria Municipal de Saúde.	SPM SMAS SECOM SEMEC COMDDEG	Unicentro NRE	2017-2026 (contínuo)

VI. II - DIREITOS DA MULHER NEGRA E LGBT

A falta de visibilidade das comunidades quilombolas e tradicionais rurais os distancia ainda mais do acesso à saúde, ao transporte, educação, lazer, cultura e profissionalização. Isso revela a violação dos direitos básicos e da invisibilidade das propriedades da sua cultura. Por isso se faz necessário conhecer a realidade atual destas, quantas pessoas vivem em cada território, como estão sendo atendidas e assistidas pela gestão municipal através de diálogo direto com a própria população.

A identidade da mulher negra tem sido prejudicada ao longo dos séculos pela construção negativa da imagem da pessoa negra, especialmente da mulher negra, desde a estética (cabelo, corpo, pigmentação, entre outras peculiaridades) até o papel social desenvolvido pelas mulheres negras. Um dos principais desafios das organizações étnico-raciais tem sido a garantia de implementação e de sustentabilidade de políticas públicas capazes de realizar as conquistas sociais.

A partir da análise do Sistema Nacional de Informação de Gênero (SNIG), do IBGE 2010, revela-se que a população negra/parda de Guarapuava totaliza 48.710 pessoas, representando aproximadamente 29% dos habitantes, sendo 24.059 do sexo feminino. Em relação ao trabalho, 8.449 estão em idade economicamente ativa, sendo que 7.487 estão ocupadas, metade destas mulheres trabalham em empregos formais, ou seja tem garantido seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Também consideramos os dados comparativos em relação à renda, gênero e etnia do SNIG 2010:

Divisões Territoriais ▲	Homens, Branca, Mediana, 2010 ♿	Mulheres, Branca, Mediana, 2010 ♿	Homens, Preta ou Parda, Mediana, 2010 ♿	Mulheres, Preta ou Parda, Mediana, 2010 ♿
Guarapuava	980	650	700	510

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

TABELA: Rendimento médio/mediano de todos os trabalhos das pessoas de 16 anos ou mais de idade (rendimento em reais).

A desigualdade social e econômica rebaixa a autoestima individual e coletiva da mulher, prejudicando sua qualidade de vida. Pretende-se com as propostas elaboradas atender a diversidade do público Quilombola, LGBT, Negro e de diferentes classes sociais, com dignidade cumprindo o princípio da equidade.

Considerando a não provação da inclusão do tema gênero no plano estadual de educação e também no âmbito municipal, onde foi identificado o equívoco de confundir ou relacionar gênero com a temática LGBT de modo pejorativo, entende-se o quão necessário são as políticas de afirmação, evitando práticas LGBT fóbicas.

Objetivo Geral: Fomentar a implementação de políticas públicas que combatam o racismo, xenofobia e qualquer tipo de intolerância à população negra.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÃO	META	ORGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Garantir o acesso ao serviço público livre de discriminação.	Sensibilizar e formar servidoras, servidores, educadoras e educadores (professores, gestores educacionais, educadores infantis e todas as funções das equipe que integram a educação municipal), gestoras, gestores de órgãos da administração pública, conselheiros de direito, através da disciplina de Direitos Humanos com ênfase na temática Quilombola, Indígena, LGBT, étnica-racial e classistas, visando a não discriminação, enfatizando a ética do respeito à diversidade humana.	01 formação por ano.	SPM	IES Movimentos, Coletivos e Organizações Sindicatos	Ação contínua
Garantir o direito de ir e vir.	Realizar manutenção frequente das estradas e pontes de cada distrito (Entre Rios, Guará, Guairacá e Palmeirinha).	100% de manutenção das estradas e pontes distritais.	Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.	PMG.	2017-2021
Viabilizar transporte público para garantir o acesso à educação regular e superior.	Disponibilizar linhas de ônibus conforme demanda das comunidades distritais, contemplando todas as localidades, não somente a sede de cada distrito.	03 linhas de ônibus para cada distrito.	SEMEC	SEED SENAR	2017-2026



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

Implementar a oferta de linhas diárias para transporte distritais. (Entre Rios, Guará, Guairacá e Palmeirinha).	Disponibilizar linhas de ônibus conforme demanda das comunidades distritais, contemplando todas as localidades, não somente a sede de cada distrito.	Garantir no mínimo a oferta de dois horários de linhas de ônibus em cada turno (manhã, tarde e noite).	PMG		2017-2019
Implementar o acesso à saúde integral nos territórios distritais, quilombolas, tradicionais rurais e população negra.	Dialogar sobre as atuais condições de vida e saúde de cada população, garantindo a efetivação de suas necessidades específicas, desse modo efetivando a Política Nacional da Saúde.	Efetivação e acesso a política nacional de saúde para os distritos.	SMS	SESA	2017-2026
	Realizar levantamento do acesso das populações quilombolas e tradicionais rurais à políticas públicas em especial da Estratégia de Saúde da Família e do Programa Mais Médicos. Identificar práticas tradicionais de cuidado e promoção da saúde. Recuperar a importância das práticas de cura, sociabilidade, saberes científicos e tradicionais criadas por afrodescendentes brasileiras(os). (uso de plantas, animais, minerais; modelos de diagnósticos: consultas a búzios,	Promover evento para recuperar e valorizar a prática de curas afrodescendente.			



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

	cartas, santos e orixás; rezas, cânticos, danças e culinária; axé, expressões dinâmicas da força).				
Implantar programa de formação de interesse prioritário para garantia dos direitos das comunidades quilombolas, tradicionais rurais.	Articular gestores locais, lideranças, técnicos, pesquisadores para formação nas temáticas identificadas em cada território, com ênfase nos temas sobre: enfrentamento à violência de gênero, empoderamento feminino, empreendedorismo, preconceitos e a opressão vivenciado por cada população.	Elaborar calendário de formação a partir do que for estabelecido através de diálogo com a população de cada território.	SPM SMADS	IES SENAR Entidades Privadas	Ação contínua
	Registrar relatos locais da história, cultura e vivências de cada território.				
Garantir a participação popular através do controle social.	Criar Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT.	Elaboração da minuta do decreto p/ criação do conselho municipal de promoção e defesa dos direitos de LGBT.	Câmara de Vereadores	Movimentos e Coletivos	2017-2022
	Criar Conselho Municipal de Igualdade Racial.	Elaboração do regimento interno do Conselho Municipal de promoção e defesa dos direitos de LGBT. Elaboração da minuta de decreto p/ criação do conselho municipal de Igualdade racial.			

		Elaboração do regimento interno do Conselho Municipal de Igualdade racial.			
Implantar coordenação específica sobre direitos humanos com responsabilidade de uma secretaria específica.	Elaborar minuta de criação de coordenação municipal.	Instalação da coordenadoria em uma das secretarias municipais já existentes.	PMG	SPM SMADS Movimentos e Coletivos	2017-2020
Disponibilizar material publicitário municipal considerar o público minoritário (Quilombola, Indígena, LGBT, étnica-racial e classistas).	Garantir a representividade do público minoritário nas campanhas publicitárias municipais.	100% de inserção do público minoritário nas peças veiculadas	SECOM	IES Coletivos e Movimentos	Contínuo
Aperfeiçoar política de atendimento de adoção - crianças e adolescentes acolhidos em relação aos diversos formatos de família.	Garantir no plano de ação de atendimento de adoção, apresentação e sensibilização das diversas possibilidades de família substituta (considerando uniões homoafetivas, pessoas solteiras).	Implantação de rodas de conversa com os acolhidos sobre a possibilidade de adoção.	Fundação Proteger e Canaã	IES Movimentos e Coletivos	Ação contínua
Criar o Centro de Referência para atendimento da Comunidade LGBT.	Viabilizar espaço físico, dotar o centro de infraestrutura necessária e disponibilizar profissionais para o atendimento especializado.	Gerar notificações para demonstrar a demanda Implantar 01 centro de referência para atendimento à comunidade LGBT.	Sec. de Administração	Movimentos e Coletivos	2017-2021

VI. III - MULHER IDOSA

De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/2003), pessoa idosa é aquela que possui idade igual ou superior a 60 anos.

Dados do último Censo IBGE 2010 revelam que 10,8% da população do Brasil tem 60 anos ou mais, ou seja, há no país mais de 20 milhões de pessoas idosas. Enquanto a parcela de jovens e adultos encolhe, a de pessoas idosas só tem aumentado. Sendo assim, comparada aos demais grupos etários, na última década, a população idosa foi a que mais cresceu, levando ao denominado envelhecimento populacional.

Guarapuava acompanha este cenário. Segundo o Censo de 2010, há cerca de 85 mil mulheres em Guarapuava e destas quase 9 mil são idosas.

A maior preocupação com a questão do envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre do fato de se encarar esse contingente como dependente e vulnerável não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas, o que pode acarretar perda de autonomia e incapacidade para lidar com as atividades do cotidiano. Fala-se aqui de mulheres que estão no seu último estágio da vida, o qual é associado com a retirada da atividade econômica, com taxas crescentes de morbidade, principalmente por doenças crônicas, de mudanças na aparência física, além do aparecimento de novos papéis sociais, como o de ser avós ou chefes de família, em decorrência da viuvez.

O processo de envelhecimento é algo que mulheres e homens têm em comum, no entanto, as mulheres idosas sofrem mais as consequências por não corresponder mais aos padrões sociais estabelecidos, uma vez que a sociedade sexista e gerofóbica exige mais da mulher a beleza e a juventude eterna. Essas mulheres são duplamente discriminadas, seja pela questão de gênero, seja pela idade.

Além da discriminação sofrida pela sociedade em razão da idade, mulheres idosas podem ser oprimidas pelos esposos e também pelos filhos e netos. A violência praticada contra as mulheres jovens continua e assume novas formas durante a velhice, como uma expressão das relações intergeracionais.

O CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) acompanhou 141 pessoas idosas que tiveram seus direitos violados. Destes, 55 casos eram mulheres idosas, ou seja, em 2015 o CREAS atendeu mais casos de homens que mulheres idosas. Todavia, atualmente há 20 vagas para acolhimento institucional de idosas em situação de risco social e pessoal na entidade não governamental SOS (Serviços de Obras Sociais) e todas encontram-se preenchidas há anos. Há o mesmo número de vagas masculinas, porém durante anos, raramente foram preenchidas como ocorreu com as vagas femininas.

Objetivo Geral – Apoiar as políticas de atendimento a mulher em suas diversas demandas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	METAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Produzir um diagnóstico específico sobre as mulheres idosas guarapuavanas.	Estabelecer parcerias com universidades, associações não governamentais, IBGE para produção de estudos e pesquisas.	Diagnóstico sobre as mulheres idosas Guarapuavanas concluído.	SPM SMADS SEMEC SMS	PMG IBGE	2017-2021
Ampliar equipe técnica do CREAS e dos CRAS através de concurso público, a fim de realizar atendimento de qualidade às mulheres idosas.	Realizar concurso público e nomear Assistentes Sociais, Psicólogas/os, Pedagogas/os, advogadas/os e atendentes sociais para serem lotados nos 4 CRAS e no CREAS do município.	Equipes dos CRAS e CREAS completas de acordo com a NOB-RH/SUAS/2006 e a Resolução do CNAS nº17/2011.	SMADS	PMG	2017-2023
Implementar ações que permitam às mulheres idosas socializar seus conhecimentos, seus valores e culturas para a comunidade, com o objetivo de enfrentamento a estereótipos, discriminações e preconceitos.	Realizar Feira cultural: Demonstrar o trabalho da mulher idosa no Município produzido por elas;	Uma Feira Cultural por ano	SPM SMADS SEMEC CMDI	Grupos de Terceira idade.	Contínuo
	Realizar campanhas com produção de materiais escritos e vídeos, direcionadas à denúncia e ao combate à discriminação e aos estereótipos sobre as mulheres idosas.	Uma Campanha por ano.			
	Proporcionar palestras realizadas por mulheres idosas nas escolas	Uma palestra realizada em 100% das escolas municipais.			

	municipais para alunas/alunos e docentes.				
Fortalecer ações de autonomia das mulheres idosas, considerando as suas especificidades e diversidades.	Ofertar Cursos Básicos de Informação sobre política e direitos das mulheres idosas.	Um curso por semestre.	SPM SMASD SEMEC. SMS CMDI	Grupos da Terceira Idade.	Contínuo
	Realizar rodas de diálogo com mulheres idosas para discussão de temáticas envolvendo saúde e sexualidade;	Ao menos uma Roda de Diálogo por semestre.			

VI. IV - Mulher Encarcerada

Em Guarapuava quando uma mulher comete um delito e tem sua prisão decretada, a mesma é encaminhada para a carceragem da Cadeia Pública de nossa cidade, a qual tem capacidade para 166 presos, atendendo homens, mulheres e adolescentes. Porém, atualmente a cadeia conta com 356 presos, destes 21 são mulheres⁸.

Depois de condenadas elas permanecem na Cadeia Pública de Guarapuava até que seja liberada uma vaga para uma das Penitenciárias do Paraná, nas cidades de Curitiba ou Foz de Iguaçu.

O cumprimento da pena em uma Penitenciária é diferenciado, tendo em vista o acompanhamento psicossocial, jurídico e pedagógico. Pode-se contar com uma estrutura física adequada, oportunizando cursos profissionalizantes e canteiro de trabalho, que gera remição de pena. Por outro lado, para as Guarapuavanas encarceradas, que em sua maioria são mães, acarreta em uma quebra de vínculos, pois a visita até as unidades penais são caras e as famílias não possuem condições para custear visitas nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu.

O sistema prisional teve um aumento de 570%, na última década e meia (de 2000 a 2014). De acordo com o último Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), publicado pelo Ministério de Justiça, de 610 mil presos no país 38 mil são mulheres, a maior parte delas presa por crime de tráfico de entorpecente, na proporção de 68%.

Por falta de dados da Cadeia Pública de Guarapuava, foi aplicado um questionário com as presas para que pudéssemos ter alguns dados. Segundo a pesquisa, em Guarapuava 75% das mulheres estão presas por tráfico.

No contexto do crime, a mulher inserida no tráfico desempenha ações como transportar drogas para vários lugares e vender, isso as coloca numa situação vulnerável, sendo as primeiras a serem descobertas e presas.

Analisando o aumento de mulheres no tráfico, devemos considerar que as conjunturas sociais também mudaram e que em grande parte das famílias a mulher é a provedora do lar. Quando a renda não é suficiente para a manutenção da pessoa ou da família, surge a necessidade de encontrar uma maneira rápida de conseguir dinheiro e é nesse contexto que, muitas vezes, surge à possibilidade do tráfico, como uma forma rápida e fácil de resolver os problemas. É importante considerar ainda que muitas dessas mulheres não possuem escolaridade, dificultando ainda mais as chances de encontrar um trabalho. Na Cadeia Pública de Guarapuava apenas 58% possuem ensino fundamental incompleto e não conseguem um lugar no mercado de trabalho por falta de qualificação. Quando finalmente cumprem sua pena, saem do sistema prisional carregando o estigma de que foram presas e assim encontram mais um obstáculo para se inserir no mercado de trabalho.

Com relação à Previdência Social, considerando fatores históricos de que as mulheres são do lar ou trabalham com alguma atividade informal, sem registro, elas não conseguem receber o Auxílio Reclusão, tendo em vista que um dos requisitos é ter contribuição para que seus dependentes (filhos) fiquem recebendo. Conforme a pesquisa nenhuma das mulheres presas hoje está recebendo este benefício, tendo em vista que não contribuíam com a previdência social.

⁸ Dados Relatório do Conselho da Comunidade de Guarapuava



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

Objetivo Geral: Articular com órgãos competentes o debate e as ações referente às mulheres encarceradas que sofrem com a falta do apoio familiar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	METAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Propiciar atendimentos às famílias encarceradas.	Coleta de dados, para o CRAS referência das presas para futuros benefícios, assim, com a devida notificação a previdência social, poderá ser concedido alguns benefícios inerentes às presas.	100% das famílias das mulheres encarceradas guarapuavanas.	SMAS	14ª SDP INSS	Contínuo
Disponibilizar pelo Município equipe especializada (enfermeiro e médico)	Realização de exames específicos como Papanicolau, colonoscopia, ultrassonografia pélvica ou transvaginal, ultrassonografia de mamas para prevenir o câncer de mama, e a vigilância sobre doenças como o HPV, que está relacionado à incidência do câncer de colo de útero e de vulva, mamografia, entre outros possíveis disponibilizados para benefício e saúde da mulher.	100% Realização de metas	SMS	SPM SESA	Contínuo
Promover a realização de capacitações para trabalhadores que atendam mulheres encarceradas e suas famílias.	Capacitar equipe CRAS. Capacitar agentes de Cadeia. Capacitar equipe de saúde.	Uma capacitação por ano.	SPM SMADS	Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Contínuo



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

Ofertar cursos profissionalizantes para as mulheres encarceradas	Oferta dos cursos de manicure, informática, cabelereira, artesanato, pedreira, pintora de obras e de motorista.	Ofertar um curso a cada três meses.	SPM SEMEC SMADS	SENAI SEBRAE SESI	Contínuo
Promover a autoestima das mulheres encarceradas da Cadeia Pública de Guarapuava	Promover campanhas de arrecadação de itens de higiene e de beleza para as mulheres encarceradas.	Realização de duas campanhas por ano.	SPM CMDMG	SESP	Contínuo

LISTA DE SIGLAS

ACIG – Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava
ADFG – Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava
APADEVI – Associação de Amigos e Pais dos Deficientes Visuais
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CEVID – TJPR - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMDMG – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Guarapuava
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COMDDEG - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONCIDADE – Conselho do Plano Diretor de Guarapuava
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DM – Delegacia da Mulher
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IML – Instituto Médico Legal
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTB+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e outras
MP – Ministério Público
MPT – Ministério Público do Trabalho
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NEDDIJ - Núcleo de Estudos de Defesa e Direitos da Infância e da Juventude
NRE – Núcleo Regional de Educação
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU – organização das Nações Unidas
P.O.P – Projeto Órtese e Próteses Unicentro – CEDETEG)
PEA – População Economicamente Ativa
PEPPM – Plano Estadual de Políticas para as Mulheres
PIA – População em Idade Ativa
PJ – Poder Judiciário
PMG – Prefeitura Municipal de Guarapuava



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

PMPPM – Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
PNPPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPA – Plano Plurianual
REDE – Mulher – Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
SAE – Serviço de Atendimento Especializado
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM – Secretaria Municipal de Comunicação
SEDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEED – Secretaria de Estado de Educação
SEMAG – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESA – Secretaria de Estado de Saúde
SESI – Serviço Social da Indústria
SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública
SINAN – Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMICT – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SPM – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Guarapuava
SURG – Companhia de Urbanização de Guarapuava
UBS – Unidade Básica de Saúde
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UPA – Unidade de Pronto Atendimento



GUARAPUAVA
Prefeitura Municipal

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Adrielle Andréia Inácio – SPM
Ana Paula Esberze - CISGAP
Andresa Cristiane Sanssana Leandro – SMS
Beatriz Carvalho Pimentel – Coletivo Feminista Claudia da Silva
Camila Grande da Silva – SPM
Carina Silva – Coletivo Bajuba LGBT;
Carine Suder Fernandes – CREAS
Clair Simões Rodrigues – SISPPMUG
Clarilene Claro dos Santos – 5ª Regional de Saúde
Cleia Fidalshi Annes – APP Sindicato
Cleonice de Fátima Raimondo – CRAS III
Cleusi Aparecida Ramos Ferreira – SMS
Cristina Guerra Daniel – SEMEC
Debora Karina Correia – Estagiária SAE
Debora Magalhães R. Garcia – MP
Doris de F. Lastrenski - SISPPMUG
Eliete dos Santos Oliveira – Paiol de Telha
Elis Marina Carraro – Patronato/Unicentro
Eva Schran de Lima – SPM
Evanilda M. Vaz – Estagiária de Serviço Social
Fernanda Keli Pienogonda – Patronato/Unicentro
Fernanda Silva de Souza – Conselho da Comunidade
Flávia Maria Cordeiro – UTFPR
Francielly Rocha Rodovanski – Conselho Tutelar
Gilmarise Martins Domenico – SEMEC
Guto Klosowski - SMS
Hulyana Klosowski de Oliveira – SEMEC/CMDMG
Ivani Prado – SPM;
Jocelma Tossim Martins – 5ª Regional de Saúde
Joelma M. Schudt – PIG SESP/PR
Joice Tesseroli Fadel – Patronato/Unicentro
Juliane Aparecida Ferraz Rosa Coelho – Conselho da Comunidade
Leni Lopes - Unicentro
Marcia Aparecida de Oliveira – APP Sindicato
Marcia M. Ayoub - SISPPMUG
Maria Nilva Anderção - ACOPECC
Maria Thereza Neiverth – Patronato/Unicentro
Mariêh S. Barbosa – Estagiária SPM
Marilza de Aparecida Novakoski – Unicentro
Micheli Vieira Alves – Renascer
Miguelina Leschuk – Patronato/SESP
Monica da Silva Tavares – CAPS – AD II

Nerci Aparecida Guiné – Câmara Municipal de Vereadores
Onira Tereza Nascimento – Movimento de Mulheres do Alto da XV
Pamela Caroline Furnaleto – Unicentro
Patrícia Clark – SMS
Pollyana L. Z. Marques - Patronato
Priscila Fortini – SAE
Priscila Peron de Almeida - Unicentro
Priscila Schran de Lima – Movimento de Mulheres da Primavera
Rafaela Mezzomo - CMDMG
Rita de Cássia Tossaline - Renascer
Rosa Maria Cavalheiro – NRE
Rosevera B. Correia - SEMEC
Rozilda de C. Lemes do Nascimento – SEMEC
Sabrina DJankaw Marques – Quilombo/Paiol de Telha/Coletivo Bajuba
Sabrina Valéria Alves de Souza – Coletivo Feminista Claudia da Silva
Silmara P. Cruz – SPM
Sílvia de Lourdes Haile Chagas Jurchaks – CAPS II
Simone Conrado – SEMEC;
Simone Lima dos Santos Lupepsa - SPM
Sirlei Angelita Gadens – SPM
Terezinha Santos Daiprai - APP Sindicato
Thaiza Aparecida Acordi Kuster – Conselho Tutelar/Polo I
Thalyta Forquim Buco – CRAS IV
Val Machado – Coletivo Bajuba
Vanessa de Lima Marques – Quilombo/Paiol de Telha
Vera L. Borges Ferreira – Programa de Órtese e Prótese/ADFG